



Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
Departamento de Economia

MONOGRAFIA

Curso de Ciências Econômicas

**CHINA: UMA ANÁLISE DOS FATORES DO CRESCIMENTO
ECONÔMICO PÓS ABERTURA DE 1978**

Aluno: Jacqueline Boriám de Oliveira

Orientador: Prof.Dr. Eduardo Strachman

Banca Orientadora: Prof. Dr. André Luiz Correa

ARARAQUARA 2011

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CAMPUS DE ARARAQUARA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

JACQUELINE BORIAM DE OLIVEIRA

**CHINA: UMA ANÁLISE DOS FATORES DO CRESCIMENTO
ECONÔMICO PÓS ABERTURA DE 1978**

Monografia entregue ao
Departamento de Economia da
Faculdade de Ciências e Letras –
Unesp/Araraquara, como requisito
para obtenção do título de Bacharel
em Ciências Econômicas, sob a
orientação do Prof. Dr. Eduardo
Strachman.

ARARAQUARA 2011

A Deus, meu guia e a minha família, meu espelho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente o meu louvor e gratidão ao Senhor todo poderoso. A Ele toda honra e glória por tudo que realizei até aqui. Minha torre forte e refúgio, agradeço a Deus pelo direcionamento e sustento em todo tempo, pela fidelidade e amor, pela oportunidade por Ele concedida para que eu chegasse até aqui. Palavras são poucas para expressar o meu muito obrigada Deus.

A minha mãe, Andrélia Margoni que foi meu exemplo desde sempre. Agradeço pelo cuidado, amor, paciência e incentivo. Pelas comidas congeladas preparadas com tanto carinho que foram de muita importância. Pelas várias ligações durante o dia que me fizeram sentir amada e querida e que me renovavam a cada “já tá chegando”. Muito obrigada mãe, por sempre me ouvir, aconselhar, por ser minha melhor amiga. Obrigada por segurar firme as tantas batalhas enfrentadas nesse tempo. Obrigada pela longaminidade comigo nas épocas de provas e nessa fase de monografia. Essa é só mais uma vitória que vencemos juntas.

Ao meu querido pai, Carlos Borião, razão de tudo. Obrigada pai por sempre se preocupar. Por sempre me incentivar nos estudos. Por batalhar cada dia para me oferecer o melhor. Agradeço os conselhos nos momentos de confusão, as palavras tão certas e sábias as quais refleti e guardo com muito carinho. Obrigada pelo teu amor e incentivo em cada momento difícil. Muito obrigada pai.

Ao meu irmão Saulo Luís que apesar de novo, soube ser bem companheiro e engraçado nos momentos que precisei. Obrigada meu irmão pelo carinho, pela paciência e amizade.

A todos aqueles que contribuíram para que chegasse a Universidade Pública, a qual tanto sonhei. A diretora Marta Zago, do colégio COC Piracicaba que me apoiou e acreditou no meu potencial. Aos professores do Cursinho Avante, em Piracicaba, ao Marco Antônio Guarizo e Juan Castilho que incessantemente me ajudaram com os exercícios.

Aos amigos da Aliança Bíblica Universitária os quais pudemos compartilhar momentos tão especiais juntos ao movimento. A Mariana Cardozo, André Redondo, Priscila Dória e Erica Obara que com prontidão me ajudaram em Araraquara e mostraram a

missão da ABU na Universidade. Aos amigos Bárbara Castro, Jemima Lasso, Kézia Kristina, Breno Noccioli, Sarah Barrientos e Damião Bonilha. Muito obrigada amigos.

Meu agradecimento aos professores da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho em Araraquara, em especial ao meu orientador Prof. Dr. Eduardo Strachamn, o qual me incentivou com o tema sobre o qual escrevo e tenho muito apreço. Agradeço professor cada reportagem enviada e os ensinamentos. Ao Prof. Dr. André Correa, ao Prof. Dr. Rogério Gomes e a Profa. Dra. Luciana Togeiro, os quais têm muito carinho e admiração, e que contribuíram sobremaneira para minha formação acadêmica.

Agradeço aos meus amigos de sala José Guilherme Parisotto, Rebeca de Godoy, Camila Cardoso, Heloísa de Oliveira e Luís Gustavo Baricelo. A todos eles que me acompanharam em cada trabalho, estudo, provas, seminários e cafés. Agradeço a Deus por ter tido a oportunidade de viver esses quatro anos com vocês. Obrigada pela ajuda em tudo. Ao meu amigo economista, Celso Neris Jr. que teve uma grande contribuição nessa caminhada. Obrigada por cada indagação, as quais me fizeram chegar a conclusões importantes. Agradeço por sempre me ouvir, agradeço os conselhos e as broncas.

As professoras de mandarim Lina e Li Liang que me ensinaram o idioma, a cultura e a modo de vida chinês. Agradeço a Li Liang pela ajuda com os sites chineses. Através disso pude me sentir mais próxima do país o qual estudei e estimo continuar estudando.

Aos amigos da família Manp, em especial a Emanuele Priscila, Lucas Barbosa, Thiago Peres, Bárbara Pimentel, Emílio Zambon, Rodolfo Monteiro Junior, Guilherme Fagundes. Obrigada por estarem comigo durante todo esse tempo, obrigada pelas orações e pela amizade. Obrigada por me tirarem da frente dos livros quando foi necessário.

Aos amigos que me mesmo de longe foram tão importantes no período da faculdade e no tempo de preparação da monografia: Paola Stefannutti, Kedma Kamiya, Issabele Mayumi, Nayara Escobar, Caio Nishiana, Diego Barbosa, Johan Willian, Filipe Carota, e tantos outros. Obrigada por cada mensagem de apoio, livro emprestado, e incentivo. Agradeço de coração amigos.

“Para conhecer a China, devemos primeiro reconhecê-la”

Robert Guillain- Repórter Francês

RESUMO

A China têm se destacado entre os países emergentes desde sua abertura comercial, no ano de 1978, pelas altas taxas de crescimento econômico, o que permitiu que o país chegasse a segunda maior economia mundial em 2011. Apesar de ter tido um passado pautado, majoritariamente, na agricultura e no isolamento econômico, com um regime político comunista, no final da década de 1970, a China desenvolveu estratégias de modernização, atraindo Investimento Direto Estrangeiro, seguindo com uma moeda desvalorizada, além do baixo custo de mão de obra que permitiu ao país o desenvolvimento de indústrias, se tornando grande exportador de produtos de alta tecnologia.

PALAVRAS CHAVE: China; crescimento econômico; abertura comercial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I.....	14
1.A BUSCA PELA MODERNIZAÇÃO.....	14
1.1 O contexto interno e as relações externas da China: de Mao Tsé Tung a Era de Deng Xiaoping.....	17
1.2 A abertura Econômica: questão agrária e industrial.....	27
CAPÍTULO II.....	31
2.OS FATORES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	31
2.1 Investimento Direto Estrangeiro: a estratégia de liberalização e a entrada de capital	34
2.1.1 IDE como fator de crescimento econômico.....	39
2.2 A taxa de câmbio.....	43
2.3 A questão da mão de obra.....	50
CAPÍTULO III.....	53
3. A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL DE 2008	
E A RESPOSTA CHINESA.....	53
3.1 A política cambial.....	57
3.2 A política fiscal e social.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
BIBLIOGRAFIA.....	65

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1 - Quatro Primeiras Zonas Econômicas Especiais da China.....	10
Gráfico 1- Evolução do Produto Interno Bruto da República Popular da	
China.....	11
Tabela 1 - Evolução dos Parceiros Comerciais Chineses – em % do total.....	22
Tabela 2-Campos de Estudo para Estudantes Chineses a Serem Enviados aos Estados Unidos	
1978-924.....	25
Tabela 3 - Produto Interno Bruto Real (em variação percentual anual).....	31
Tabela 4 - Contribuição dos Três Setores por Crescimento do PIB entre 1990	
2009.....	33
Gráfico 2- Contribuição dos Três Setores por Crescimento do PIB	
entre 1990 e 2009.....	34
Gráfico 3 - Taxas de Variação do PIB por Região (em a.a).....	35
Gráfico 4 -Investimento Direto Estrangeiro (em milhões de dólares).....	40
Gráfico 5 - Fluxos Globais de IDE: as 20 maiores economias.....	41
Tabela 5 - Detalhamento Setorial de Entradas de IDE	
na China (Em US\$ 10 mil).....	42
Gráfico 6 - Estoque de Investimento Direto Estrangeiro	
(em milhões de dólares).....	42
Tabela 6 - Taxa de Câmbio Real 1979-2010.....	44
Gráfico 7 - Exportações e Importações de Bens e Serviços	
(em bilhões de dólares correntes).....	48
Gráfico 8 - China: composição das exportações por intensidade tecnológica (%) 1990	
-2009 (anos selecionados).....	49
Tabela 7- Salários Mensais em Países Selecionados (em US\$).....	51
Gráfico 9 - Taxa de Crescimento Econômico, Taxa de Consumo Final e a Taxa de Formação	
de Capital.....	54
Tabela 8 - Importação e Exportação de bens e serviços da China entre 1980 e 2009	
em % do PIB.....	56
Gráfico 10 - Investimentos em Ativos Fixos na China – 2004 a 2009	
(Em % do PIB).....	57
Gráfico 11 - China: a evolução das taxas de câmbio real e nominal	
(1980-2010).....	58
Gráfico 12 - China: evolução mensal da taxa de câmbio nominal no período da crise	
(2007 -2010).....	59

INTRODUÇÃO

Segundo Cunha (2009), no trabalho sobre a ascensão chinesa, “o capitalismo emergiu e se irradiou enquanto um processo social liderado pelos países ocidentais, especialmente Inglaterra e Estados Unidos”. Nessa transição para o capitalismo, a China ganhava um aspecto de um país fechado e misterioso, porém com promessas de rápido enriquecimento e dizia-se, até meados do século XIX, que o grau de desenvolvimento tecnológico e econômico chinês concorria ou até superava o experimentado pelo ocidente. Porém com o estabelecimento da industrialização no ocidente e o aparecimento de vantagens destes devido à acumulação econômica e militar e aos confrontos que envolviam o império chinês e as potências européias, os quais resultaram em derrotas seguidas deste primeiro, revelou-se a dificuldade da China em acompanhar as transformações que estavam ocorrendo no mundo ocidental.

Alguns autores apontam para a ausência de direitos de propriedade, o exercício do poder do Estado contra indivíduos empreendedores, a perda de poderio militar e o caráter conservador e fechado da sociedade, como fatores da origem do atraso chinês em relação ao capitalismo ocidental emergente no século XIX, de forma que, enquanto no começo daquele século a economia chinesa representava um terço da economia mundial, em 1950, tal participação não ultrapassava 5% (CUNHA 2009), levando à decadência do antigo Império.

A partir de 1949, diversas medidas foram adotadas por Mao Tse Tung a fim de recuperar o poderio chinês, como o Grande Salto Adiante (1958-1963), com a promessa de que a produção da indústria siderúrgica ultrapassaria a britânica. Porém, somente após a morte de Mao e mais especificamente a partir das reformas de Deng Xiaoping, de abertura e modernização econômica (final da década de 70), a China logrou crescer e estabelecer-se novamente como importante na economia mundial.

Foi através da criação de quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEE's), localizadas no litoral sul (duas destas próximas a Hong Kong e Macau), e a liberalização de alguns investimentos externos, incentivando a industrialização, que a China iniciou, gradualmente, sua estratégia de modernização, no final da década de 70. Shenzhen, Shantou e Zhuhai estão na província de Guangdong e a Xiamen na província de Fujian.

Mapa 1
Quatro Primeiras Zonas Econômicas Especiais da China



Elaboração própria.

Os objetivos das Zonas Econômicas Especiais eram atrair capital externo, receber novos aportes de tecnologia, adquirir os métodos ocidentais de administração e gestão empresarial, e se constituir um importante mercado para produtos produzidos nas demais regiões, além de aprofundar as relações econômicas e comerciais com os mercados vizinhos: Hong Kong, Macau e Taiwan. Essa abertura ao capital externo foi estendida nos anos seguintes para outras 288 cidades (MORAES 2004), com a intenção de abranger toda a região costeira e também a região central da China. Medidas como esta contribuíram para alavancagem do crescimento econômico e tecnológico do país.

Além da criação das Zonas Econômicas Especiais, Nonnenberg (2008) aponta outra medida, extremamente importante, que foi a liberalização do sistema de formação de preços no setor rural, em 1979:

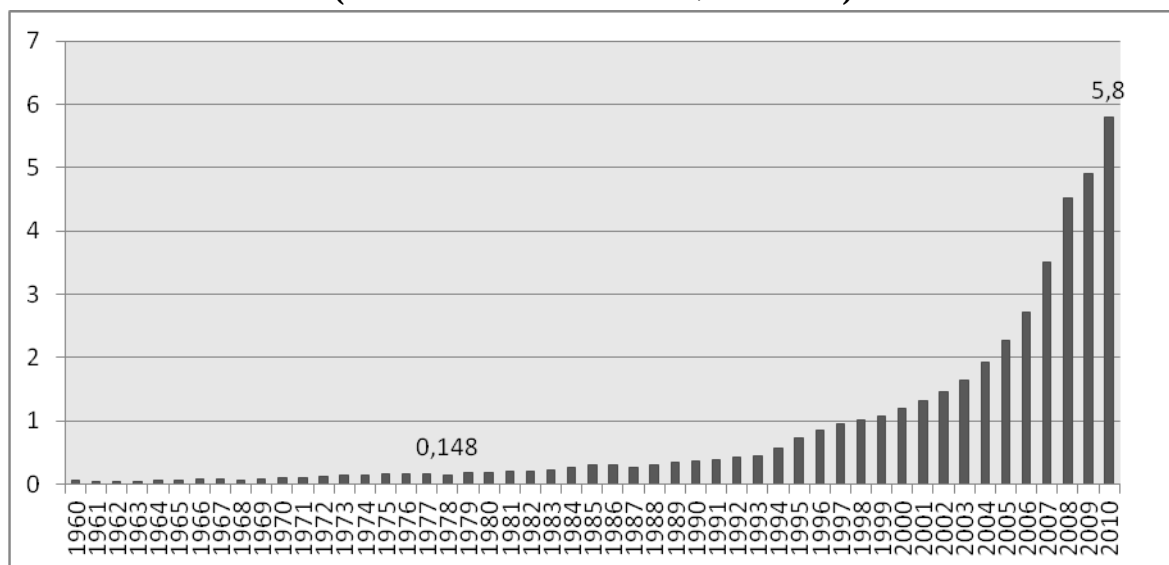
“Esses preços, que até então, à semelhança dos demais, eram fixados pelo Governo Central, passaram a abrigar um sistema duplo. O Governo Central fixava a cota de produção que cada comunidade (Village Enterprise) deveria entregar a um preço pré determinado. O restante da produção poderia ser negociado livremente no mercado. Essa alteração provocou uma grande elevação na produtividade rural, com reflexos sobre a renda e o emprego”

Nonnemberg (2008:15)

Essa estratégia se mostrou de extrema relevância uma vez que 80% da população da China viviam no campo, desenvolvendo atividades agrícolas, antes da sua abertura econômica.

Em vista disso, desde o início de sua abertura econômica e o seu processo de modernização, em 1978, a China tem crescido e se tornado cada vez mais significativa para a economia mundial. Segundo Pires (2009), no ano de 1978 o PIB Chinês não alcançava 5% do PIB mundial, sendo que no ano de 2003 sua participação já atingia 15%, chegando a ser a segunda maior economia do mundo em 2011, com um PIB de US\$ 5,8 trilhões, no ano de 2010, ultrapassando o Japão que obteve US\$ 5,47 trilhões (no mesmo período), que há 42 anos ocupava essa posição no ranking mundial. O gráfico abaixo ilustra a situação descrita, segundo o Banco Mundial, para dados em bilhões de dólares correntes.

**Gráfico 1-Evolução do Produto Interno Bruto da República Popular da China
(valores em trilhões de US\$ correntes)**



Fonte: Banco Mundial

Elaboração Própria

O cenário diferenciado da China, favoreceu essa alavancagem no crescimento econômico do país de maneira que não deve-se considerar esses dados impressionantes de maneira isolada. Primeiramente a questão cultural, de extrema sofisticação e sua população que sempre apresentou características bastante criativas e inovadoras. As tradições morais e filosóficas, além da organização do povo de maneira bem hierarquizada, que veio a facilitar a submissão dos trabalhadores na estrutura industrial.

Em segundo lugar sua população de aproximadamente 1,4 bilhões de pessoas é destacado como diferencial, uma vez que além de significar uma grande quantidade de mão de obra capacitada (400 mil engenheiros formados por ano, segundo Pires (2009)), o mercado consumidor chinês é bastante atrativo, tanto para empresas nacionais, como para as multinacionais. Esse número de população elevado, principalmente no campo (inicialmente), na função de reserva latente, garante que o preço dos trabalhadores se mantenha baixo, evitando a pressão salarial, ao contrário, por exemplo do Japão e da Coreia do Sul.

Porém, o diferencial da China não se restringe a esses fatores e este é o propósito deste trabalho: descrever quais são os possíveis condicionantes do crescimento econômico chinês desde a sua abertura em 1978, tratando do cenário nacional e internacional em que se encontrava o país no final da década de 1970.

Portanto, no primeiro capítulo são abordadas as estratégias de modernização de Mao Tsé Tung após a proclamação da República Popular da China em 1949 e o caminho seguido por Deng Xiaoping, bem como a situação em que encontrava a indústria no período anterior à abertura econômica e o cenário nacional e internacional que vai desde o auxílio inicial recebido pela URSS e o seu posterior rompimento, passando pela entrada na Organização Mundial do Comércio, o reconhecimento da China como um país confiável por parte de outros países. As políticas e medidas adotadas pelo Governo para atrair Investimento Direto Estrangeiro que, como será tratado, é um dos fatores de contribuição para o elevado crescimento econômico da China.

O segundo capítulo trata especificamente dos fatores de crescimento econômico da China, que, para melhor análise, foram restringidos em Investimento Direto Estrangeiro e de que forma foi possível a entrada das multinacionais no país asiático e como se realizou. A taxa de câmbio desvalorizada é outro fator condicionante que permite os altos índices de exportação, mas que tem gerado grandes discussões no mercado internacional. A mão de obra qualificada e de baixo custo que atrai as empresas multinacionais, contribuindo para a produção industrial do país.

A partir desses fatores e da constatação desse elevado crescimento econômico chinês, o terceiro capítulo trará uma análise do comportamento econômico da China e as políticas de resposta frente a crise financeira internacional de 2008. De que maneira reagiram as exportações, a produção interna e taxa de câmbio diante dessa instabilidade.

CAPÍTULO I

1 A BUSCA PELA MODERNIZAÇÃO

O desenvolvimento dos países capitalistas ao longo do século XX, antes da década de 1970, esteve baseado no aumento das forças produtivas de caráter nacional muito bem definido, voltados para o mercado interno a partir do crescimento de empresas genuinamente direcionadas para o mercado nacional. Nesse modelo, o Estado exerceu um papel proeminente, ao implementar medidas necessárias à Constituição e à expansão de um mercado nacional territorialmente integrado, conforme Neto (2005).

Ao término da Segunda Guerra Mundial, porém, vê-se que o ambiente geral do comércio internacional vem sendo alterado, com a diminuição do papel do Estado e com o crescimento de empresas capitalistas de países desenvolvidos – em escala de produção e em volume de capital incorporado – o qual foi necessário a expansão para além do mercado consumidor nacional e nesse contexto de trocas internacionais desenvolvidas, a empresa multinacional passa a assumir um papel peculiar passando a comandar, paulatinamente, o ritmo de crescimento da economia mundial, uma vez que são realizados investimentos para que a conquista de novos mercados consumidores se concretize.

Há, portanto, segundo Neto (2005), uma redefinição do plano teórico da ideia de desenvolvimento nacional dado que os Estados Nacionais, que possuíam grande autonomia, se vêem com mais restrições para implantar políticas governamentais, e as empresas multinacionais possuem mais liberdade para ditar as regras de localização do investimento produtivo, além do capital necessário para o crescimento econômico dos países.

Dessa forma, questiona-se a peculiaridade da China que se destaca pela sua taxa de crescimento econômico, de 10% ao ano, baseado no socialismo de mercado, frente a um governo diferenciado, comandada pela elite do Partido Comunista Chinês, com a natureza de seu corpo político e administrativo, dirigido por uma burocracia estatal de feição autoritária, altamente hierarquizada. Além do conjunto de restrições e obstáculos para se administrar uma nação de mais de 1 bilhão de habitantes, pobre em recursos naturais e

terras agricultáveis, discute-se de que maneira esse país logrou ser a segunda maior economia mundial no século XXI.

Han Suyin em 1967 já criava expectativas em relação ao dragão chinês e o que ele se tornaria para a economia global. Em sua obra “China no ano 2001” escreveu:

“A China já é uma grande potência, e nada pode agora sustar sua marcha, quer nas próximas três décadas sejam de Guerra Fria ou quente. Por volta de 2001, será um poderoso Estado industrial e socialista”

Han Suyin (1967:245)

Países como Alemanha Ocidental, Japão e Coréia do Sul passaram por um “milagre” semelhante, entre os anos de 1950 e 1980, porém as especificidades da China trazem um destaque e um debate relevante no que diz respeito aos números superlativos alcançados.

Certamente pode-se dizer que a China alcançou um elevado nível de industrialização, de produção de manufaturados, se tornando exportadora de produtos de alta tecnologia e importadora de matérias primas, após sua abertura econômica no ano de 1978 e a política industrial implantada por Deng Xiaoping em seu governo com as estratégias das Zonas Econômicas Especiais na Costa Leste do país e o elevado grau de Investimento Direto Estrangeiro recebido após essa abertura.

No entanto, é necessário discutir os antecedentes dessa abertura econômica e o contexto geopolítico que se encontrava a China antes de sua abertura no final da década de 1970 e de que forma ocorreram essas transformações. As condições da indústria, logo que foi instituída a República Popular da China, em 1950 e o rompimento com a aliada URSS, que havia se comprometido a auxiliar a China no projeto de modernização. As revoluções populares que se seguiram e as estratégias de modernização antes da morte de Mao Tsé Tung, em 1976, como o Primeiro Plano Quinquenal, o Salto Adiante e a Política das Cem Flores.

Após 1976, a China ficou sob autoridade de Deng Xiaoping, que com o aumento do seu poder, passou a exercer os cargos de vice presidente do Partido Comunista Chinês e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Esse poder foi fundamental para que pudesse implementar as reformas econômicas que viriam. Foi no 3º Plenário do XI Congresso do PCCh, que foram aprovados os primeiros passos que transformariam a China, através do

programa adaptado das 4 modernizações (agricultura, indústria, defesa nacional, ciência e tecnologia). Este programa adotou duas frentes:

- 1- Ênfase inicial na agricultura, com a dissolução das Comunas Agrícolas e o processo de entrega das terras aos camponeses com conseqüente processo de liberalização da economia rural.

Em 1979 foi decidido um aumento dos preços dos produtos agrícolas e do processo. A produção em comunas foi substituída por contratos com produtores rurais que eram obrigados a vender determinada quantidade da produção, sendo assim, pagando um preço mais alto, embora ainda fixado pela administração, ficando com a liberdade de vender o excedente, gerando um aumento da taxa de crescimento da produção agrícola (SERRA 1997).

- 2- Relações econômicas externas, através da abertura e liberalização com o intuito de modernizar o aparelho produtivo, feito através das Zonas Econômicas Especiais em Shenzhen, Shantou e Zhuhai que se encontram na província de Guangdong e a Xiamen na província de Fujian e o Investimento Direto Estrangeiro que, segundo Acioly (2005), foi de extrema importância para a inserção internacional da China.

Essa abertura foi progressiva e inicialmente experimental devido à velha ideologia coletivista e o receio de desencadear um processo de difícil contorno. Dessa forma, o início das relações aconteceu através dos “chineses ultramarinos”, ou seja, aqueles que moravam no exterior e teriam maior facilidade nas negociações.

Uma importante medida também adotada para que se pudessem facilitar as relações com as empresas estrangeiras foi a introdução do mercado oficial de moeda estrangeira em 1986 e adicionalmente a política progressiva de des-orçamentação, substituindo subsídios antes concedidos pelo Estado, por empréstimos junto ao setor bancário, sendo assim, liberalizando as empresas públicas ao reduzir progressivamente a dependência frente aos organismos estatais de controle o qual estavam sujeitas (SERRA 1997).

É preciso, portanto, analisar o diferencial da China, uma vez que sua transformação econômica aconteceu em um contexto interno e externo específico.

A partir desses aspectos expostos, este capítulo busca esclarecer, primeiramente, as políticas de Mao Tsé Tung adotadas após 1949 e de Deng Xiaoping, que tinha a intenção de modernizar o país que estava assolado pelas Revoluções, bem como o contexto interno e externo em que a China se encontrava para a abertura econômica. Na segunda parte, serão expostos a maneira como ocorreu essa abertura comercial, as estratégias para o campo adotadas por Deng Xiaoping e a política industrial, através da criação das Zonas Econômicas Especiais e o incentivo a entrada de Investimento Direto Estrangeiro.

1.1 Contexto Interno e as Relações Externas da China: de Mao Tsé Tung a Era Deng Xiaoping

A busca pela modernidade da China vai além das políticas adotadas ao final da década de 70, as quais, apesar de terem de fato um resultado mais positivo na economia em níveis significativos, são na verdade reflexos de uma vitória frente a um período conturbado de instabilidade política, social e econômica, o qual o país vivenciou. Foi necessário que a China ultrapassasse uma fase de revoluções e conflitos internos, Nacionalistas, de Chiang Kai Shek, contra Comunistas, de Mao Tsé Tung, com a consequente Revolução Comunista de 1949, além dos conflitos externos, como o rompimento com a antiga aliada União Soviética (URSS), em 1960, que ajudaria no processo de industrialização chinesa na década de 1950 e a reaproximação com os Estados Unidos em 1970, após um período de isolamento internacional, para que se tornasse um país de grande influência no mercado mundial.

Pires (1999) definiu os rumos políticos, sociais e econômicos do período de liderança de Mao Tsé Tung, após 1950, como uma oscilação entre liberalização e centralização. Nos primeiros anos dessa nova Era, Mao apoiou-se em uma parcela significativa da burguesia chinesa, que havia se desvinculado dos Nacionalistas de Chiang Kai Shek e em 1952 o líder comunista deu início a um movimento de centralização, por meio de uma reforma agrária que liquidou o sistema latifundiário e coletivizou a propriedade da terra. Ao mesmo tempo, o Governo nacionalizou as instituições financeiras e comerciais, instituindo em 1953 o primeiro Plano Quinquenal, inspirado no modelo soviético¹ que tinha por objetivo acelerar o processo de

¹ “O modelo adotado foi o da União Soviética, onde, acreditava-se, a produção industrial controlada pelo Estado numa sequência de planos quinquenais fora responsável pela transformação do país em potência

industrialização e incrementar a produção, formando cooperativas agrícolas e industriais.

Segundo Spence (1996) é incerto dizer o motivo pelo qual os chineses escolheram o modelo soviético, cujo funcionamento específico pouco conheciam, porém, afirma-se que a utilização desse modelo, foi uma maneira de enfatizar a natureza anticapitalista e antiimperialista do novo Estado Chinês.

O período de aplicação do Plano Quinquenal contou com a colaboração da própria URSS, a qual forneceu milhares de técnicos soviéticos para construção de fábricas, planejamento industrial, desenvolvimento de energia hidrelétrica, extensão da rede ferroviária e arquitetura urbana, de maneira que em 1957, de acordo com Pomar (2003), o país já possuía indústrias de produção de aço, metais-liga, aviões, automóveis, equipamentos de geração de eletricidade e de minas e máquinas pesadas e de precisão. Resumidamente, destacam-se cinco elementos da técnica soviética para o rápido crescimento industrial:

- 1- Ênfase na necessidade de crescimento alto durante todo o período do plano;
- 2- Concentração na indústria pesada como fator de crescimento significativo;
- 3- Insistência em altas taxas de poupança e investimento para tornar esse crescimento possível;
- 4- Transformação institucional na agricultura;
- 5- Preconceito a favor de métodos capital-intensivos.

Para o cumprimento desse plano, havia uma política rigorosa por parte do Governo, de acumulação primitiva que forçava o campesinato a vender mais de um quarto de sua produção total de grãos ao Estado, por preços extremamente baixos, deixando os camponeses em nível de subsistência, a fim de garantir suprimentos de alimentos nas cidades e manter os salários baixos, além dos impostos, utilização dos fundos de acumulação das cooperativas e emprego de jornadas voluntárias de trabalho realizados para que a industrialização ocorresse.

Das dificuldades geradas a partir do plano, estão a diminuição da exportação de produtos agrícolas, entre eles, os cereais, onde parte deles passaram a ser revendidos aos

mundial, na década de 1930, com capacidade para suportar e repelir o ataque maciço das forças alemãs na Segunda Guerra Mundial.” Spence (1996)

lavradores, uma vez que a política de arrecadação implantada afetou-os, prejudicando as importações de equipamentos industriais, e a escassez de produtos em massa, que obrigou o Estado a instituir o racionamento para assegurar a distribuição equitativa e garantir os preços sob controle.

Adicionalmente, foi adotada a política 1:3, que visava proporcionar um emprego para três pessoas, devido ao baixo ritmo de geração de trabalho em contraste com a elevação da produção privada, que acabou por gerar danos na produtividade e grandes questionamentos a respeito da construção socialista na China, discutindo como seria possível elevar sua produtividade e ao mesmo tempo garantir o bem estar da população ou, de igual forma, como industrializar a China atendendo as novas necessidades sociais.

Nesse contexto, o Movimento das Cem Flores foi desencadeado instigando as insatisfações. Mao Tsé Tung, em 1956, escolheu o caminho de construir o socialismo chinês estritamente pelas formas públicas de produção, pois as forças produtivas do país haviam avançado mais que suas relações de propriedade, trabalho e distribuição. Os comunistas concordavam que as dificuldades de Mao não adivinham do estreitamento das formas de propriedade e sim dos desvios no tratamento das contradições do povo e da má utilização da capacidade técnica e científica dos intelectuais. Por esse motivo, nas palavras de Spence (1996):

“Durante o período inicial do Primeiro Plano Quinquenal, Mao Tsé Tung começou a perceber que os intelectuais – escritores, assim como cientistas e engenheiros – de todas as crenças políticas seriam necessários para que houvesse um surto de produtividade na China”

Spence (1996:535)

Então, o objetivo desse movimento era levar os intelectuais a colocar toda sua capacidade a serviço da construção socialista: “cem flores florescessem, cem escolas competem”. A consequência, no entanto, foi a queda do padrão de vida das camadas mais baixas da sociedade e um controle rígido do Estado contra manifestações políticas e culturais que se contrastava com esse período de reconstrução econômica, gerando greves operárias, manifestações estudantis, abandono das cooperativas, matança de animais de cria, superando o propósito das Cem Flores. Os elementos socialistas foram altamente atacados o que obrigou os Comunistas a sustar o florescimento do Movimento.

Entre 1956 e 1958 foi desenvolvido um programa que tinha por objetivo tornar a China auto-suficiente por meio de um programa de industrialização rural e também concessão de

certo grau de independência das unidades trabalhadoras para incrementar a produtividade (PIRES 1999). Tratava-se do Grande Salto Adiante que levou, contraditoriamente, a uma grande descentralização segundo o próprio dirigente Mao Tsé Tung. Na obra de Wladimir Pomar (2003), é relatado que as empresas subordinadas ao Governo Central foram reduzidas de 9.300 para 1.200, os itens econômicos controlados caíram de 532 para 132, e o peso dos recursos orçamentários nacionais destinados a obras locais subiu de 10% para 50%. A ampliação dos poderes locais criou um ambiente favorável para produção o que fez com que os dirigentes estabelecessem metas ambiciosas.

A partir de então, o Partido Comunista Chinês (PCCh) planejou, por intermédio de uma mobilização social, duplicar a produção de aço em 1958, avançando de 2,3 milhões de toneladas, para 10,7 milhões de toneladas, unificando as cooperativas agrícolas em comunas populares. Camponeses e trabalhadores urbanos foram transformados em fabricantes de aço de quintal e houve grande mobilização para construção de obras hidráulicas, como barragens, diques contra inundações e canais de irrigação.

Apesar dos movimentos indicarem um grande salto adiante na produtividade da China e de haver disposição das camadas populares para atender a chamada de desenvolvimento econômico, direções opostas eram tomadas uma vez que a unificação das cooperativas em comunas gerou uma nova centralização e foi constatado estatisticamente que as produções de aços e cereais estavam infladas. Outra problemática ocorreu, a medida que percebeu-se que o aço produzido era imprestável e não havia uma base produtiva adequada e as demandas dispersas de minério e carvão haviam levado o caos ao transporte.

Foi praticamente inevitável uma ruptura no processo de construção econômica, agravado pela dispersão das forças de trabalho e das calamidades naturais que prejudicaram a produção agrícola nos anos de 1959 e 1960. O insucesso do Salto Adiante instigou novamente as discussões a respeito da direção socialista seguida pela China, ao mesmo tempo havia crítica quanto a socialização rápida das relações de produção, através das propriedades estatal e coletiva.

Adicionalmente, a China se desagradou da postura reacionista de Nikita Kruchev e se sentiu ameaçada diante da dinâmica de produção nuclear seguida pela URSS, trazendo divergências e culminando, por fim, com o rompimento das relações sino-soviéticas em 1960, prejudicando sobremaneira a política de crescimento e industrialização seguida pela China.

São descritos em Pomar (2003) as conseqüências do fim dessa aliança, que, segundo ele resultou na saída de técnicos de 170 grandes projetos industriais da China. Destacar

essa relação é fundamental, uma vez que a URSS participou ativamente e financeiramente do projeto de industrialização da China nesse período e sua saída significaria maiores dificuldades para levar em frente o Salto Adiante. Nas palavras de Han Suyin (1967) citando um relato de Chou En-Lai:

“...muitos outros projetos em vias de construção, foi sustada em 1960 pela súbita e completa retirada de 1.390 especialistas soviéticos, cancelamento de 343 contratos, abolição de 257 itens de cooperação científica e técnica ; e, desde então, a redução em grandes quantidades dos fornecimentos de equipamentos completos, o que provocou gigantescas perdas, um profundo abalo nos planos originais de desenvolvimento da nossa economia nacional, e agravou bastante as nossas dificuldades”.

Han Suyin (1967:85)

Nos anos seguintes, na década de 1960, a China seguiu uma estratégia de isolamento, contra a URSS e os EUA, que via o país asiático como uma ameaça. Essa decisão imposta por Mao Tsé Tung, “lutando com os dois punhos”, trouxe uma deterioração nas relações exteriores que precisariam ser revistas uma vez que a economia encontrava-se decadente, com a diminuição do comércio e do acesso restrito ao crédito internacional. Dados expostos por Leite (2009) descrevem essa situação, pois, antes do rompimento com a China, 49,3% das exportações soviéticas vinham da China e 46,4% das importações chinesas vinham da URSS. Após o corte das ligações comerciais, esses dados baixaram para 1,1% para ambos os países, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 1 - Evolução dos Parceiros Comerciais Chineses – em % do total

Destino das Exportações	URSS/Rússia	Outros Comunistas	EUA	Hong Kong	Japão	Europa Ocidental
Ano						
1952	47,4	21,7	0	-	-	-
1959	49,3	23,1	0	-	0,9	-
1965	11,1	29,9	0	17,4	10,9	14,7
1970	1,1	12,9	0	22,3	10,7	16,9
1978	2,5	12,9	3,2	22,3	19,3	12,5
Origem das Importações	URSS/Rússia	Outros Comunistas	EUA	Hong Kong	Japão	Europa Ocidental
Ano						
1952	54,2	15,8	0	-	-	-
1959	46,4	19,9	0	-	0	-
1965	10,3	17,6	0	0,3	13,9	18,9
1970	1,1	15,8	0	0,5	26,77	29,4
1978	2,3	12,5	8,4	0,6	29,8	22,7

Extraído de Cunha Leite (2009)²

No ano de 1966, foi lançada a Revolução Cultural que objetivava avançar no rumo do socialismo. Era defendido uma nova postura de vida, menos burguesa e mais proletária através da eliminação das diferenças entre o trabalho manual e intelectual. A intenção era apelar às massas para fazer a revolução, transformando pensamentos, cultura e hábitos antigos e destituindo aqueles que assumissem algum poder no Governo mas seguiam um caminho capitalista, atacando a ideologia burguesa e as outras classes exploradoras. Tal movimento não persistiu e paradoxalmente foi durante seu curso que a China retomou a relação com os Estados Unidos em 1970.

Outro incentivo a retomada da relação, foram os conflitos fronteiriços da China com a URSS, de maneira que havia interesse por parte do país norte americano de conquistar esse aliado na guerra contra a URSS. A China foi favorecida a partir dessa nova aliança, pois o país norte americano deu o aval para que a República Popular da China fosse

² In Madisson, 1998 e Asian Development Bank.

reconhecida pela ONU e assumisse o assento no Conselho de Segurança, restabelecendo relações também com outros países.

Por outro lado, Pomar (2011), descreve esse período da década de 1970, como um período em que as grandes indústrias dos países desenvolvidos impuseram a liberação dos mercados dos países em desenvolvimento, incluindo a reforma ou adoção de leis, regulamentos, sistemas e políticas, que fossem favoráveis às indústrias que as corporações dos países desenvolvidos pretendiam transferir, consequência de um aumento de renda da industrialização de 200 anos atrás. Com essa elevação de renda nacional dos países industriais, a desigualdade entre os países aumentou e então os custos com indústrias tradicionais. A fim de rebaixar esses custos de produção, essas indústrias migravam suas produções para os países em que o preço da força de trabalho fosse menor. Daí o discurso de liberalização do mercado, sempre aos industrialmente menos favorecidos. Em suas palavras:

“É nesse contexto que a China decide participar da globalização e se aproveitar do processo geral de reestruturação das corporações transnacionais em sua nova expansão mundial, mas tomando em consideração a situação singular interna da China, assim como sua singularidade no quadro internacional, situação essa sem similaridade com outros países”.

Pomar (2011:14)

Com a morte de Mao Tsé Tung, em setembro de 1976, a República Popular da China sofreu um novo período de instabilidade, especialmente o político. O chamado “bando dos quatro”, de vertente esquerdista, foi encerrado, e assumiu o poder Hua Goufeng. Essa conturbação política só cessou no ano de 1978, durante a 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central do PCCh, onde teve início a Era Deng Xiaoping, um dos líderes do “bando dos quatro”, perseguido durante a Revolução Cultural, e abriu-se a perspectiva de abertura econômica e maior modernização da China.

Deng Xiaoping, nascido em 1904 na província de Sichuan, filho de um proprietário de terras, desde 1922, enquanto residia na França, esteve vinculado a Liga da Juventude Socialista da China, de origem do Partido Comunista Chinês, criado na Europa por Zhou Enlai. Engajado politicamente, e movido pelo seu espírito reformista, em 1978 Deng Xiaoping assume como líder de sua nação no desafio de desenvolvê-la e modernizá-la. Apesar de combater diversas ideias de Mao Tsé Tung, Deng seguiu sua

estratégia de avanço econômico do país sem romper drasticamente com o pensamento Maoista.

A partir de então, conforme Martins (2008) a economia chinesa, que seguia uma orientação de planejamento burocrático altamente centralizado, tornou-se passo a passo, uma economia de mercado socialista bastante descentralizada , através do processo de reforma e abertura, para o exterior a partir de 1978.

Pires (1999) descreveu as diretrizes políticas para o PCCh, formuladas por Deng Xiaoping chamado de “quatro princípios fundamentais” ou tratado por Pomar (2003) como os “quatro princípios cardeais”, sendo eles:

- 1-Persistência no caminho socialista;
- 2-Ditadura popular democrática;
- 3-Direção política do PCCh;
- 4-Pensamento marxista-lenista e as contribuições de Mao Tsé Tung.

Deng Xiaoping se preocupou com a estabilidade política, dificuldade enfrentada nos anos anteriores, buscando solucionar as lutas de classes, resolvendo as contradições das orientações a partir de um método definido, as quais classificavam as contradições sociais em antagônicas e não antagônicas. Essa segurança de uma harmonia era fundamental para que o processo de modernização acontecesse.

Além dos problemas relacionados a instabilidade política, seria necessário que outras dificuldades fossem enfrentadas para que o processo de modernização e crescimento econômico acontecesse. A China estava acometida por um atraso histórico no que diz respeito a tecnologia, ciência e educação se comparada com os demais países. Pomar (2003) relatou que nesse período, enquanto os Estados Unidos possuíam 1,2 milhões de pesquisadores científicos, a União Soviética possuía 900 mil e a China apenas 200 mil. O esforço viria em transformar essa realidade, caso contrário, se modernizariam a partir de uma base fraca.

A questão agrária também preocupava os dirigentes do PCCh pois a China possuía uma população imensa porém com pouca terra arável. A revolução científica e tecnológica pela qual o mundo passava, aumentava a produtividade, mudando a dinâmica de produção industrial e agrícola, diminuindo a necessidade de mão de obra. A inquietação estava em como modernizar a China e, ao mesmo tempo, proporcionar

trabalho e bem-estar a grande população, que segundo estatísticas da China³, apresentavam 82,1% da população rural em 1978, e 70% do total trabalhando no setor primário.

As forças produtivas da China seriam então desenvolvidas a partir da estratégia das 4 modernizações, de uma mudança na educação, na atenção diferenciada que seria dada aos intelectuais, e uma menor concentração de poderes, alterando o sistema de lideranças de maneira a distinguir as responsabilidades entre Partido e Governo. O combate aos crimes econômicos se tornou uma questão vital para os dirigentes do PCCh, de maneira que para atender a essa nova perspectiva de avanço na ciência e tecnologia, foram enviados estudantes para diversas partes do mundo com o intuito de adquirir esses conhecimentos, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 2-Campos de estudo para estudantes chineses a serem enviados aos Estados Unidos 1978-9

Campos	Estudantes
Matemática	30
Física	58
Química	30
Mecânica	10
Ciências e tecnologia dos materiais	15
Astronomia e astrofísica	6
Meteorologia	7
Biologia	25
Ciências médicas	29
Radioeletrônica	50
Ciências da computação e engenharia	45
Engenharia de controle	15
Engenharia aeronáutica	15
Tecnologia espacial	15
Engenharia nuclear	10
Tecnologia de construção	10
Engenharia mecânica	8
Engenharia metalúrgica	10
Engenharia química	10
Ciências agrônômicas	11
Outras áreas	24
Total	433

Extraído de Spence (1996:612)⁴

³ Dados extraídos de China Statistical Yearbook. Acessado em setembro de 2010.

As 4 modernizações se tratavam de um núcleo estratégico de desenvolvimento que buscava transformar a China em uma nação relevantemente avançada até o final do século XX, e diziam respeito à agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional. Com o intuito de obter um ambiente internacional mais estável para a realização deste plano, Deng Xiaoping estabeleceu relações diplomáticas com outros países, usando um discurso anti-hegemônico, que, segundo Leite (2009), tinha dois sentidos, que eram evitar o avanço da URSS sobre a China e evitar que um incremento de poder pela China fosse vista com maus olhos, principalmente pelos Estados Unidos.

Portanto, a política externa adotada por Deng Xiaoping, de 1982 a 1989, foi chamada de “independência e paz”, seguindo com uma diplomacia pacífica, buscando evitar as críticas mundiais e possíveis sanções econômicas.

A adoção do *low profile* como segunda estratégia de comportamento externo de Deng Xiaoping tinha como objetivo evitar confrontos e buscar cooperação com todos os países. Essa política foi intensificada pela terceira multipolarização mundial, após 1995, com o colapso da URSS e a mudança de comportamento dos EUA em relação à China, agora um potencial inimigo, a autoridade chinesa acreditava que com essas medidas os outros países poderiam enxergá-la como uma nação amiga e cooperar. A China queria evitar os erros do passado, e assim prosseguiu, ganhando posição de destaque entre as potências mundiais.

Deve-se considerar que no início do processo de industrialização e modernização da China, haviam apenas duas formas de propriedade social, que sofreria transformações com o novo rumo que o país pretendia seguir. A primeira, a propriedade estatal, era tida como propriedade pública sob gestão do Governo, e a segunda, a propriedade coletiva, era uma mistura de propriedade social e privada, de modo que pertencia coletivamente, mas apenas a uma parcela da população. Esse cenário, a partir de Deng Xiaoping será transformado, uma vez que as unidades familiares camponesas voltam a operar sobre a terra nacionalizada, por meio de contratos de responsabilidade com cooperativas.

Por outro lado, as empresas estatais, que somavam 30% do total das empresas da China, continuaram propriedade de toda a sociedade, gerida pelo Estado. Estas estão

⁴ In Shannon Brown, “China’s program of technology acquisition” in China’s Four Modernizations, ed. Richard Baum (Boulder, Col., 1980), p.159.

subordinadas a planos obrigatórios, mas tem autonomia para atuar como qualquer empresa. Existem também as empresas mistas entre nacionais e estrangeiras ou privadas e coletivas. Atualmente, a estrutura de propriedade chinesa consiste em ter o setor público (estatal e coletivo), como corpo principal, ao mesmo tempo, garantindo, constitucionalmente, que as empresas individuais e privadas, nacionais e estrangeiras, assim como as diversas empresas mistas, possam desenvolver-se sem embaraço (POMAR 2003).

1.2 Abertura Econômica: questão agrária e industrial

Expostos os fatores das relações externas da China e o período conturbado que esta enfrentou diante das tentativas de modernização a partir de 1950, quando foi reconhecida como República Popular, e a partir de então, suas estratégias de inserção no mercado mundial e a sua ascensão, questiona-se quais foram as combinações de ações para que essa transformação ocorresse.

É importante destacar que a China não seguia as políticas do Consenso de Washington e nem as políticas de choque, andando na base do gradualismo. Segundo Arrighi (2008):

“Em termos gerais, a desregulamentação e a privatização foram bem mais seletivas e avançaram em ritmo bem mais lento do que nos países que seguiram a receita neoliberal”

Arrighi (2008:361)

As reformas ocorridas a partir de 1978 tiveram como idealizador Deng Xiaoping que, conforme descrito acima, conduziu a modernização de forma paulatina em virtude, também, da forte resistência do segmento Maoísta do Partido Comunista Chinês⁵.

As estratégias seguidas por Deng Xiaoping visaram primeiramente a economia interna e à agricultura. Nos anos de 1978 a 1983 foi implantado o Sistema de Responsabilidade Familiar o qual retirou das comunas a responsabilidade das decisões

⁵ Segundo Nonnemberg (2010), a China possui várias instâncias de poder, assim como diferentes correntes de pensamento nos diversos segmentos do Partido Comunista Chinês. In Acioly et al (2011).

e do controle dos excedentes agrícolas e devolveu-a às famílias rurais. Nesse mesmo período houve a elevação substancial dos preços dos produtos agrícolas, afetando positivamente a produtividade e o lucro da atividade rural, o que fortaleceu a tendência das empresas de comunas e de brigadas a produzir mercadorias não-agrícolas.

A partir de 1983 os habitantes rurais puderam sair para buscar mercados para seus produtos, sendo mais fácil aceitar que trabalhadores trabalhassem na aldeia vizinha, nas EAMs, Empresas de Aldeias e Municípios, de propriedade coletiva.

São citados dois motivos para o surgimento das EAMs, que são:

- 1- Descentralização fiscal que deu autonomia aos governos locais para promover o crescimento econômico e utilizar os restos fiscais como incentivos.
- 2- Avaliação dos quadros com base no desempenho econômico de suas localidades. Um incentivo para apoiar o crescimento econômico.

O dinamismo dessas empresas rurais surpreendeu os líderes chineses e autores assumem que boa parte do crescimento econômico chinês pode ser atribuído à contribuição das EAMs para o reinvestimento e a distribuição do lucro industrial nos circuitos locais e para seu uso em escolas, clínicas e outras formas de consumo coletivo.

Dada importância das EAMs são expostas, conforme Arrighi (2008), quatro pontos que relatam a importância destas para o crescimento econômico chinês:

Primeiramente, a orientação para o uso intensivo de mão de obra permitiu que essas Empresas absorvessem os trabalhadores rurais excedentes e criassem renda no campo sem aumentar a migração para áreas urbanas.

Por segundo, houve um aumento da competitividade e uma pressão para que, não só as estatais, mas todas as empresas urbanas melhorassem seu desempenho, já que essas EAMs eram pouco regulamentadas e poderiam entrar em vários mercados.

Em terceiro lugar, as EAMs foram fonte importante de receita tributária rural, reduzindo a pressão fiscal sobre os camponeses, contribuindo para uma maior estabilidade social.

Por último, o reinvestimento local de lucros e rendimentos criou possibilidades para que as EAMs expandissem seu mercado interno e criasse condições para novos investimentos, criação de empregos e divisão de empregos.

Assim como a questão rural foi um dos pontos relevantes da política de modernização de Deng Xiaoping, seguida da abertura econômica, foi fundamental a

criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) no Leste da China, próximos a Hong Kong, Macau e Taiwan. Partes dessa estratégia de ZEEs estavam a política de atração de IDE, pois este foi considerado a melhor maneira de alcançar os três objetivos que se seguem:

- 1- Aumentar a participação do país no comércio internacional.
- 2- Favorecer o acesso às fontes externas de capital e tecnologias avançadas.
- 3- Introduzir modernas técnicas de administração nas empresas chinesas.

Os eixos centrais dessa nova rota do modelo chinês, conforme Acioly (2011), foram a descentralização das decisões econômicas por meio da delegação de poder para as províncias e autoridades locais e, adoção de modelos gerenciais do ocidente. A partir da legitimação do “princípio estratégico de abertura ao mundo exterior” e a “evolução pacífica” esses eixos foram sendo configurados e com isso a possibilidade da instauração das Zonas Econômicas Especiais.

As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) nada mais eram do que Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), porém em uma escala de operação superior as outras experiências asiáticas que delegou parte das decisões econômicas das autoridades centrais, para as autoridades locais. Essas ZEEs seriam um espaço de aprendizado das práticas econômicas estrangeiras, incentivado grandemente pelo Investimento Direto Estrangeiro (IDE).

As condições de Investimento Direto Estrangeiro foram estabelecidas gradualmente, isso devido às preocupações centrais do Governo Chinês como, por exemplo, a localização setorial-espacial do investimento (para garantir investimentos em setores *tradables*). Da mesma forma, a preocupação com a obtenção de reservas de moeda estrangeira, para manter o ritmo de modernização e o controle da propriedade de capital.

Para que as empresas fossem instaladas nas regiões das Zonas Especiais Econômicas, houve uma política de atração com isenções tarifárias e tratamentos administrativo preferencial. A estratégia foi tão bem sucedida que foram criadas as Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico que tinham por objetivo incentivar setores de investimento estrangeiro em tecnologia para desenvolvimento de setores de energia e transporte. Para isso seriam fornecidas infra-estrutura, transporte, água, luz, telecomunicações, e concessões de privilégios no uso de terra. Com a intenção de atrair

mais investimentos e aumentar o efeito em outras regiões, foram criados os Triângulos do Desenvolvimento, padrão não só setorial, mas regional de IDE.

A maneira como aconteceu a entrada de IDE no país, se deu inicialmente pelas chamadas *Join Ventures*, autorizada em 1979 e que estipulava que o capital estrangeiro poderia contabilizar 25% do capital total de *Join Venture*. A entrada de IDE também poderia ser feita pela *Wholly Foreigns Firm*, empresas com participação estrangeira total mas que só eram permitidas nas Zonas Econômicas Especiais.

No final da década de 1980, a política de modernização que Deng Xiaoping havia adotado e que foi seguida por seus sucessores, enfrentou forte resistência da linha marxista-lenista do PCCh devido ao aumento das greves por reajustes salariais, pois o preço ao consumidor havia aumentado. Essas movimentações, que aconteceram nas províncias contra a corrupção no partido e no Governo, tiveram seu ápice na Praça da Paz Celestial, em 1989 em que houve uma manifestação de estudantes que foi fortemente reprimida e que levou em 1991 a centralização do controle e o fim da abertura econômica.

Foi instaurado então o “Grande Compromisso” no intuito de evitar que o Partido Comunista Chinês seguisse esse rumo, após a insistência em 1991 e 1992 a favor do restabelecimento das diretrizes. O “Grande Compromisso” garantia, entre os diversos segmentos do PCCh, o processo de reforma e abertura pelo período de cem anos.

A configuração desse compromisso, conforme Acioly (2011) significou a aceleração- para os padrões de tempo histórico chinês do “princípio estratégico de abertura para o mundo exterior” através das ZEEs, da descentralização do planejamento central e do intenso processo de reformas nas empresas estatais, e que essa estratégia (política e econômica), iniciada em 1978 e reforçada em 1992 gerou uma promoção das exportações e do desenvolvimento interno.

CAPÍTULO II

2. OS FATORES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

O crescimento econômico chinês tem tido um desempenho diferenciado quando comparado com os demais países, podendo ser comprovado através da tabela 3. Os números indicam que a China tem alcançado um valor do Produto Interno Bruto, na média de 10,5% ao ano desde 1992 contra 2,5% ao ano dos Estados Unidos, no mesmo período, e 3% ao ano do Brasil. As estratégias de modernização, seguidas pelas autoridades do tigre asiático, e a nova orientação econômica, são as responsáveis pelos altos índices de crescimento, mesmo após contradições políticas e isolamento comercial ocorridos antes da década de 1980.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto Real (em variação percentual anual)

Região / Economia	1992-2001*	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
China	10,3	9,1	10,1	10,1	11,3	12,7	14,2	9,6	9,1
Índia	5,7	4,6	6,9	8,1	9,2	9,7	9,9	6,4	5,7
Rússia	-2,9	4,7	7,3	7,2	6,4	8,2	8,5	5,2	-7,9
EUA	3,5	1,8	2,5	3,6	3,1	2,7	1,9	0	-2,6
Brasil	2,6	2,7	1,1	5,7	3,2	4	6,1	5,1	-0,2
Países desenvolvidos	2,8	1,7	1,9	3,2	2,7	3	2,7	0,2	-3,2
Ásia em desenvolvimento	7,3	26,9	8,2	8,6	9,5	10,4	11,4	7,7	6,9

Fonte: World Economic Outlook 2010. IMF

Elaboração própria

*média do período

É necessário, porém, discutir o que foi preciso para que a China obtivesse essas taxas de crescimento desde 1978 e quais foram os fatores condicionantes para sua ascensão. No capítulo anterior foram explorados o contexto geopolítico interno da China, bem como as condições do campo e da indústria e as políticas de modernização após 1950, quando foi instaurada a República Popular da China. Também foram abordadas as relações

externas, oscilantes entre isolamento econômico, o reconhecimento da ONU, que contribuiu sobremaneira para que a China desenvolvesse sua internacionalização e se tornasse competitiva e grande pólo de multinacionais em sua costa leste.

Segundo Cunha (2009), a China procurou seguir uma trajetória de “ascensão pacífica”, na tentativa de diferenciar sua direção, comparando com outros países que, em momentos semelhantes de seus processos de modernização, acabaram provocando conflitos políticos e guerras, como nos casos da Alemanha e do Japão. Apesar de divergências de opiniões e desconfiança por parte de alguns teóricos, a respeito dessa “ascensão pacífica”, o intuito do país asiático é expor à comunidade internacional suas verdadeiras intenções quanto ao caminho de desenvolvimento econômico, que se compromete com a harmonia nas relações externas. Essa diretriz é fundamental uma vez que, como será analisado posteriormente, a abertura comercial e o alto nível de investimento direto estrangeiro recebido, foram alguns dos condicionantes para o seu crescimento.

Desde o final da década de 1970, a decisão do governo chinês, ao dar início as reformas e abertura econômica, foi na intenção de incentivar a industrialização, através da criação das Zonas Econômicas Especiais, próximas a Hong Kong pela qual observa-se uma mudança no cenário econômico da China. Nonnenberg (2008) expôs dados do Banco Nacional da China, que mostraram as taxas médias de crescimento do produto por setor. De 1979 a 1987, o PIB contava com a participação de 5,9% do setor primário e 10,6% do setor secundário, que inclui as indústrias. Em contrapartida, nos anos de 1995-2006, 3,7% do PIB foi do setor agrário contra 10,6% das indústrias.

A tabela e o gráfico a seguir ilustram esse contexto descrito acima. No início da década de 1990, a agricultura era responsável por 42% do PIB. No ano de 2009, conforme os dados do *China Statistical Yearbook* a agricultura teve 0,4% de participação no PIB enquanto que a indústria obteve 52% da participação no PIB.

Tabela 4 - Contribuição dos Três Setores por Crescimento do PIB entre 1990 e 2009*

Ano	Produto Interno Bruto	Agricultura	Indústria	Serviços
1990	3,8	1,6	1,6	0,6
1991	9,2	0,6	5,8	2,8
1992	14,2	1,2	9,2	3,8
1993	14	1,1	9,2	3,7
1994	13,1	0,9	8,9	3,3
1995	10,9	1	7	2,9
1996	10	1	6,3	2,7
1997	9,3	0,6	5,6	3,1
1998	7,8	0,6	4,8	2,4
1999	7,6	0,4	4,4	2,8
2000	8,4	0,4	5,1	2,9
2001	8,3	0,4	3,9	4
2002	9,1	0,4	4,5	4,2
2003	10	0,3	5,9	3,8
2004	10,1	0,8	5,3	4
2005	11,3	0,6	5,8	4,9
2006	12,7	0,6	6,3	5,7
2007	14,2	0,4	7,2	6,6
2008	9,6	0,6	4,7	4,3
2009	9,1	0,4	4,8	3,9

Fonte: China Statistical Yearbook , 2010

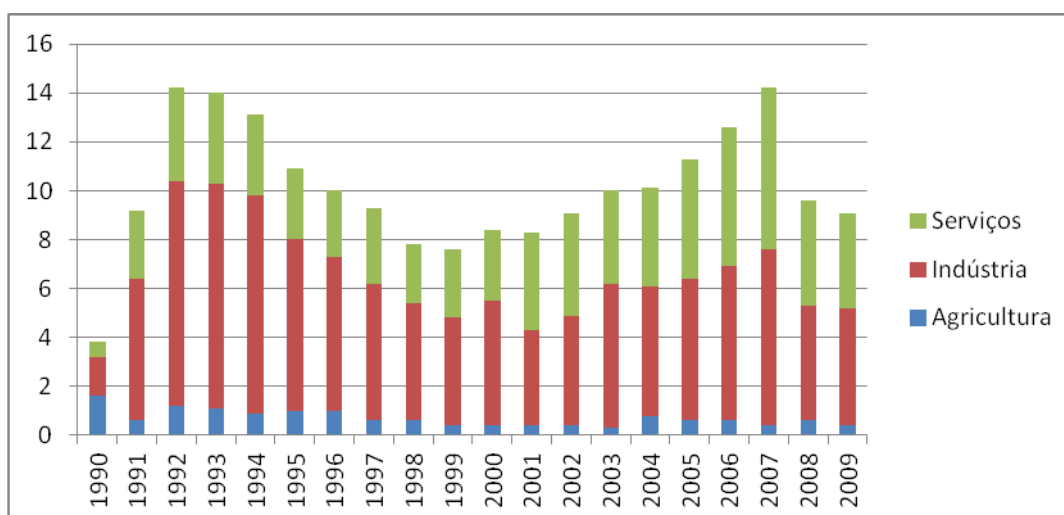
Elaboração própria

*valores em porcentagem

Afirma-se, então, que o crescimento econômico foi liderado pela busca da industrialização, sendo intensivo em acumulação de capital. A partir disso, o presente capítulo busca abordar os fatores de crescimento da China após a abertura econômica. Primeiramente será analisado o impacto do investimento direto estrangeiro, os incentivos do Governo chinês para a entrada das empresas multinacionais, e o desenvolvimento da produção de produtos de alta tecnologia. Em segundo lugar será tratado a política macroeconômica seguida pela China, com a moeda desvalorizada, provocando desconforto nas relações com os demais países que julgam desleal a competitividade frente ao câmbio, discutindo também o impacto da abertura, desse novo cenário industrial e dessa política na balança comercial. Por último, a influência do baixo custo de mão de obra como fator

colaborador para atração de empresas multinacionais e em virtude disso, o crescimento econômico da China.

Gráfico 2- Contribuição dos três setores por crescimento do PIB entre 1990 e 2009



Fonte: China Statistical Yearbook

Elaboração Própria

2.1 O Investimento Direto Estrangeiro: a estratégia de liberalização e a entrada de capital na China

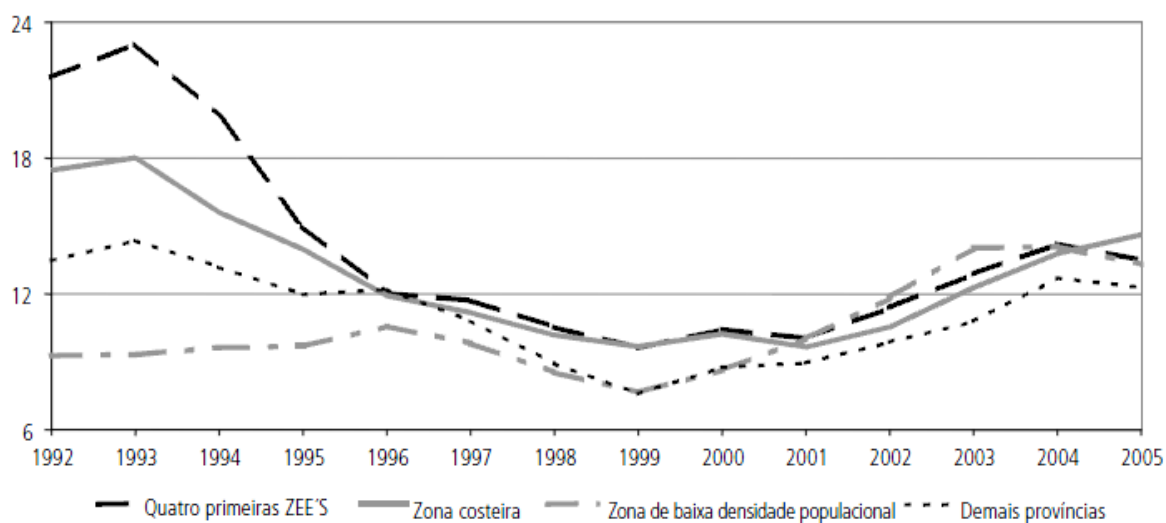
A partir da reforma econômica estabelecida em 1978 e a nova orientação seguida pela China, permitiu-se a liberalização e a entrada gradual de capital estrangeiro na economia chinesa. Nos anos anteriores a este, foram altas as restrições quanto ao Investimento Direto Estrangeiro, porém, reconheceu-se a necessidade de uma política de abertura comercial e buscou-se incentivar-la como forma de promover a modernização e crescimento do país.

A estratégia estava baseada na criação das Zonas Econômicas Especiais no Sudeste da China, como política industrial, que constituiu a pedra angular de uma abertura comercial definitiva. O local em que essas Zonas Econômicas foram estabelecidas, próximas a Hong Kong, permitiu que a China explorasse vantagens nacionais utilizando a rede de negócios chineses no exterior para acumular capital, tecnologia de produção,

capacidade administrativa e acessar o mercado internacional dentro de uma estratégia de abertura voltada para o desenvolvimento do mercado interno (*market-oriented-reform*), servindo como laboratório para aplicação de mais ZEEs no resto da China. Essas Zonas Econômicas criariam um ambiente favorável para recebimento de Investimento Direto Estrangeiro, conforme Acioly (2004).

O gráfico a seguir, exposto por Nonnenberg (2008), pode ilustrar a diferença do produto interno bruto nos anos de 1992 a 2005, da região das Zonas Econômicas Especiais e demais regiões. Pode-se constatar que quanto mais próximo dos anos de abertura comercial e da liberalização e implantação dessas Zonas Especiais, ou seja, início da década de 1990⁶, maior é a diferença do PIB entre as regiões expostas. Nos anos mais recentes essa diferença sofreu uma diminuição. A partir de 2001, as regiões costeiras em alguns anos, cresceram a taxas superiores às das ZEEs e as províncias ocidentais e setentrionais aproximaram o seu ritmo de crescimento em relação às demais.

Gráfico 3 - Taxas de Variação do PIB por Região (em % a.a)



Fonte: National Bureau Statistic
 Elaboração Dimac/Ipea
 Extraído de Nonnenberg 2008

O exemplo da experiência das Zonas de Exportação de Taiwan, da Coreia e de outros países em desenvolvimento, foi seguido de forma a permitir, através de isenções e favorecimentos, a entrada do IDE, estimulando a entrada de empresas que se engajassem

⁶ Não foram encontrados dados anteriores ao ano de 1992.

no setor produtivo, para projetos acima de cem anos. A seguir os incentivos dados para o estabelecimento dessas empresas multinacionais:

- Redução de 15% no imposto sobre a renda, além da isenção de pagamento de impostos sobre os lucros durante os dois primeiros anos de operação, e uma dedução de 50% no imposto de renda dos três anos seguintes.
- Isenção de pagamento de imposto de renda sobre a remessa de lucros.
- Isenção de imposto sobre exportação e sobre importações de equipamentos, instrumentos e outros insumos, que viabilizem a produção de mercadorias para exportação.

Como dinamizador da economia e facilitador das exportações, as quatro ZEEs receberam subsídios financeiros sob forma de rendas sobre contratos em moeda estrangeira e ganhos derivados do comércio, o que acabou por incentivar a criação de outras quatorze Zonas Econômicas nas cidades costeiras e na Ilha de Hainan, formando um grande cinturão econômico e geográfico, permitindo um estreitamento nos laços com o mercado externo e uma maior conexão com o próprio mercado interno.

As regras e isenções obtidas por esses novos locais eram diferenciadas, orientada para incentivar o estabelecimento de uma Zona de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (Economic and Technological Development Zones), segundo Acioly (2004):

- 15% de redução no imposto de renda de empresas intensivas em tecnologia e voltadas para o desenvolvimento dos setores de energia, transportes e construção de portos para empresas que investissem valores acima de US\$ 30 milhões com baixa margem de lucros ou que desenvolvessem projetos de apoio as atividades dessa ZDETs.
- 20% de redução no imposto para empresas envolvidas em atividades de alguns dos seguintes setores: construção de máquinas e ferramentas, eletrônicos, metalurgia, indústria química, material de construção, indústrias leves, embalagens, equipamentos, indústria farmacêutica, agricultura e outros dentro do setor secundário.
- Isenção de tarifas, de imposto sobre a renda e de impostos sobre o valor agregado com relação a produção e manejo de equipamentos, materiais semi-processados, componentes, material de embalagens para produtos exportáveis e equipamentos de comunicação e escritório.

Em 1985 foram criados os três triângulos do desenvolvimento (Development Triangles), próximos a Shanghai, Guanskhou e Xiamen, com o objetivo de atrair mais IDE e aumentar a difusão dos seus efeitos, direto e indiretos, para o interior e outras regiões que atrairiam investidores de Taiwan, Hong Kong, Coréia e Japão.

Foi criada, no ano de 1988, a estratégia de desenvolvimento da costa (*Coastal Development Strategy*), quando o Governo Chinês estendeu sua política de IDE para o restante das áreas costeiras, totalizando um total de 200 milhões de habitantes. O intuito estava em aumentar a inserção externa da China, via IDE, usando isso para ampliar as áreas especiais e o crescimento, buscando transferir o bom desempenho para regiões mais centrais do país.

Acioly (2004) separou as fases de IDE na China em quatro que são os anos de 1980 a 1990, os anos de 1992 a 1997, em terceiro do ano de 1998 a 2000, finalizando com 2001 e 2002. A primeira fase acumulou US\$ 22,9 bilhões, sendo que um terço deste foi nos 5 primeiros anos, restando para 1986 a 1990, US\$ 18,6 bilhões. Do ano de 1992 a 1997, a China recebeu de IDE um valor extraordinário se comparado com os anos anteriores, totalizando US\$ 192,7 bilhões como resultado de uma maior confiança dos investidores na política de abertura do país, que já possuía nessa época uma estrutura de IDE que passou a contemplar novas áreas e setores passíveis de investimentos estrangeiros.

Como terceira fase, dados mostram que entre 1998 e o ano de 2000, cai o nível de IDE devido à diminuição da taxa de crescimento. O ano de 2001 foi marcado pela entrada da China na OMC e a recuperação da entrada de investimentos no país. No ano 2000 somaram US\$ 40,7 bilhões de IDE e nos anos de 2001 e 2002, US\$ e US\$ 46,8 e US\$ 52,5, respectivamente.

Segundo Young He (1997), a relação da China com os investidores estrangeiros logo no início da abertura econômica, após 1978, foi gradual e evolutiva. A entrada de capital estrangeiro a princípio se deu através das *join-venture*, que não deveria exceder 49% da parcela de capital, sendo que esta regra praticamente se extinguiu.

Era proibida a competição de empresas privadas com empresa estatal, sendo que a primeira só poderia oferecer seus produtos no mercado interno caso houvesse falta deste por parte da empresa privada nacional. As fusões eram autorizadas pelo Governo e as empresas privadas poderiam submeter a restrições menos rigorosas. A empresa

multinacional podia vender ao preço que lhe fosse conveniente no mercado. Recentemente, existe uma maior autonomia local, para lidar com investidores estrangeiros.

Young He (1997) expõe as estratégias seguidas pelos investidores na China. O tigre asiático, como já mencionado, proporciona um ambiente diferenciado e condições para que haja o investimento estrangeiro. Além das isenções concedidas, existe também o fator mão de obra, em abundância e qualificada que será estudada mais adiante. A partir disso, o investidor irá escolher, segundo o autor, o tipo de empreendimento a ser realizado, o tamanho da firma, os setores onde vai investir, e as estratégias visando lucros imediatos ou o potencial do mercado.

São descritas então, três tipos de *join ventures* existentes na China após a abertura econômica. A *join venture* por ações, a *join venture* contratual e a empresa de capital integralmente estrangeiro. A primeira, com exceção à mão de obra, todos os investimentos na forma de dinheiro, de equipamentos, de materiais, ou de infra estrutura, serão avaliados em ações e divididos entre os investidores. A segunda, a *join venture* contratual não é um empreendimento controlado pelos acionistas, sendo que o fornecimento de mão de obra pode ser considerado como um investimento dos sócios e a regra para distribuição de resultados é fixada pelos contratos. Trata-se de um investimento mais flexível e apropriado para empreendimentos de prazo limitado. As empresas que são integralmente estrangeiras, contam com uma boa administração e controle, porém esta vantagem não será muito relevante caso não haja sócios locais para facilitar as negociações, dadas algumas barreiras institucionais ainda existentes.

A proporção dessas *join ventures* até 1992 era de 46,3% para as *join ventures* por ação, 27,7% de *join venture* contratual e 22,9% de empresa de capital integralmente estrangeiro, sendo que os 3,2% restantes se tratavam de exploração e cooperação em áreas específicas como petróleo. Prevalecendo as *join ventures* por ação até meados de 1992, os estrangeiros forneciam capital e *know-how* tecnológico e gestão, e os chineses participavam oferecendo terra e força de trabalho. Devido ao aumento da confiança no mercado chinês, as empresas de capital estrangeiro começaram a predominar.

2.1.1 IDE como fator do crescimento econômico

Kapoor e Tewari (2010) elucidam a respeito da influência do IDE como fator de crescimento econômico. Segundo esses autores, existem dois canais principais pelos quais o IDE afeta o crescimento. Primeiramente, é o fato de que o IDE gera um fluxo de capital físico para o país receptor. Como o capital físico do país receptor aumenta sua capacidade produtiva, este também cresce, porém não infinitamente. Os autores argumentam que o capital adicional pode ter efeitos importantes sobre as economias com baixa relação capital – mão de obra, ademais retornos decrescentes implicam em que a acumulação de capital físico não pode ser uma fonte permanente de crescimento da renda per capita no longo prazo.

Em segundo lugar, o canal pelo qual o IDE afeta o crescimento é via efeitos de contágio ou *spillover* tecnológico, uma externalidade que pode ocorrer por meios de diferentes canais, incluindo imitação, engenharia reversa e associações com fornecedores. Argumenta-se que são, sobretudo, as externalidades positivas dos *spillovers* tecnológicos que fazem o IDE potencializar a taxa de crescimento econômico. No caso chinês, Nonnenberg (2008) explicita a ausência de proteção à propriedade intelectual, as quais as empresas multinacionais têm que conviver. O autor relata a existência de casos em que os sócios chineses apropriaram-se ilegalmente do conhecimento transferido do exterior para produzir por conta própria, em outra empresa (doméstica), produtos análogos por preços inferiores.

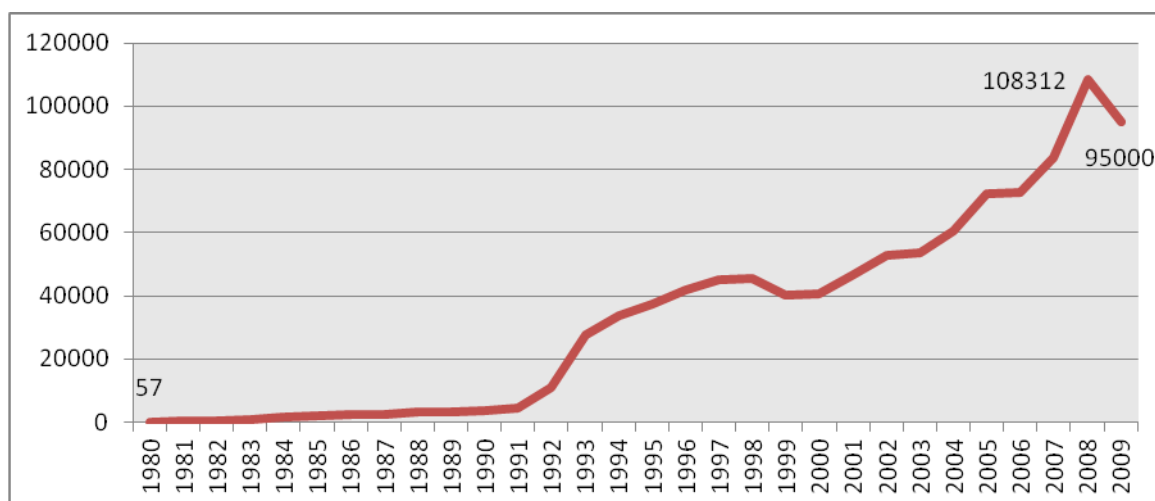
Essa baixa proteção constitui um obstáculo para o ingresso de IDE no país, entretanto, especificadamente na China, os demais incentivos compensam muito mais do que os prejuízos decorrentes dessas práticas, uma vez que as empresas multinacionais também desenvolveram mecanismos de defesa, dificultando o acesso ao conhecimento mais recente e estratégico. Esses mecanismos permitiram uma transferência de conhecimento a custos baixos, contribuindo para o desenvolvimento de diversos setores industriais.

É importante destacar, que essa relação causal de IDE e crescimento econômico ocorre em uma via dupla. Portanto, não é só o IDE que traz consigo os benefícios da formação de capital e da tecnologia, que vão se traduzir em crescimento, mas também o

IDE flui em direção aos países que apresentam maior crescimento econômico, o que observamos no caso da China e de outros países como a Índia (Kapoor e Tewari 2010).

Em vista dessa argumentação teórica com relação à influência do IDE no crescimento econômico do país, analisa-se a seguir o gráfico de evolução do Investimento Direto Estrangeiro na China.

Gráfico 4 -Investimento Direto Estrangeiro (em milhões de dólares)



Fonte: UNCTAD, 2010.

Elaboração própria.

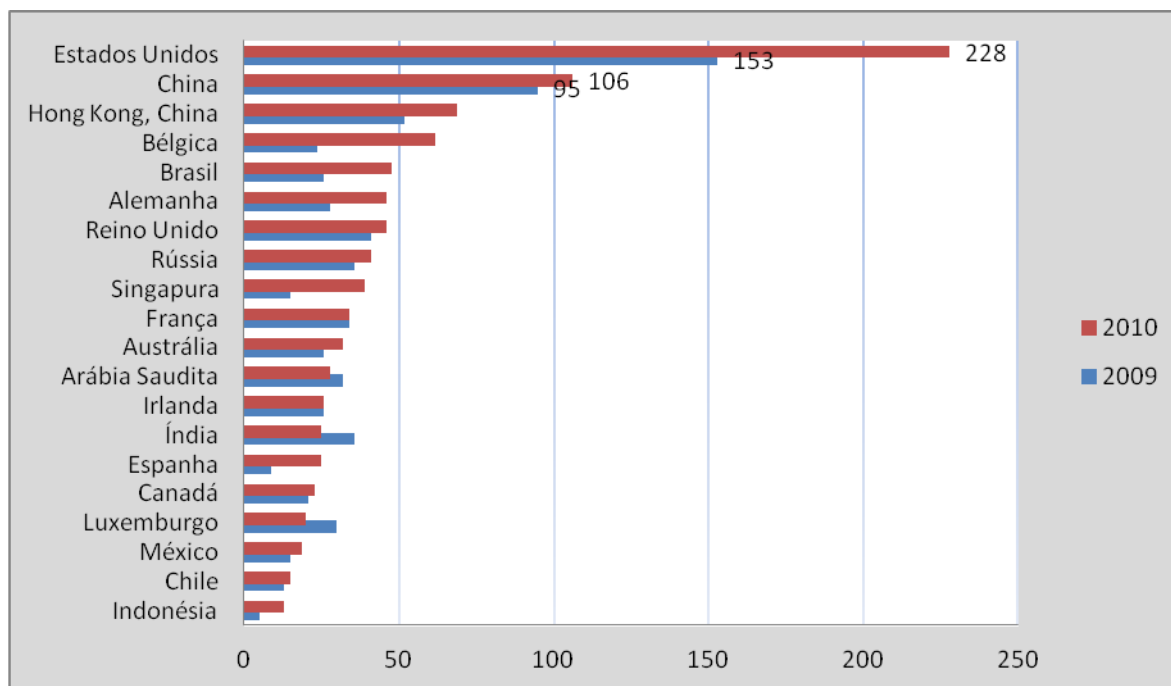
Dados da UNCTAD mostraram que o Investimento Direto Estrangeiro teve uma grande evolução. No início da abertura econômica, eram 57 milhões de dólares alcançando 95 trilhões no ano de 2009.

Um aspecto fundamental no contexto do IDE foi a adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro de 2001. Após anos de negociação, a China concordou em eliminar as restrições do IDE, especificamente nos serviços, e em melhorar os direitos de propriedade intelectual para além da remoção de barreiras comerciais (tarifárias e não tarifárias). Essa adesão oferece amplas oportunidades para que os investidores estrangeiros invistam nas indústrias manufatureiras do país, intensiva em capital e tecnologia, possibilitando a continuidade do fluxo de capital externo na China.

O gráfico seguinte, baseado nos dados do Relatório de Investimento Mundial da Unctad no ano de 2011, explicita o comportamento dos fluxos globais entre as vinte maiores economias do mundo no ano de 2009 e 2010. Em 2010, a China foi o segundo

maior receptor de IDE no mundo, atingindo um máximo de US\$ 106 bilhões, sendo que foi o país, entre os emergentes, que mais cresceu no período de 1994 a 2010.

Gráfico 5 - Fluxos Globais de IDE: as 20 maiores economias



Fonte: World Investment Report. Unctad (2011)

Na tabela 5, pode-se observar que o setor da agricultura na China atrai um percentual muito pequeno do total de IDE que está ligado à contribuição do setor para a economia nacional. O sistema de propriedade de terras agricultáveis e o padrão de produção tradicional, familiar e de pequena escala, constituem o principal obstáculo para o investimento estrangeiro, que busca a grande escala e a produção intensiva em tecnologia.

Dessa forma, afirma Kapoor e Tewari (2010), o país não conseguiria atrair grande quantidade de investimento estrangeiro para a agricultura, a menos que mude fundamentalmente o sistema de propriedade de terra e reforme o padrão de produção. Após a entrada da China na OMC, o setor de serviços, que era relativamente fechado à participação estrangeira, como meio de proteção aos monopólios estatais, foi aberto e é o segundo maior a atrair investimentos após a indústria.

Tabela 5 - Detalhamento Setorial de Entradas de IDE na China
(Em US\$ 10 mil)

Setores	1995	2000	2009
Agricultura, florestas, pecuária e pesca	173578 (2%)*	67594 (1,7%)	142873 (1,6%)
Indústria	6164763 (67,5%)	25844(63,5%)	4677146 (52%)
Energia elétrica, gás e abastecimento de água	nd**	224212 (5,5%)	211206 (2,3%)
Construção	191836 (2,1%)	90542 (2,2%)	69171 (0,7%)
Serviços	1901779 (20,8%)	944719 (23,2%)	2382827 (26,5%)

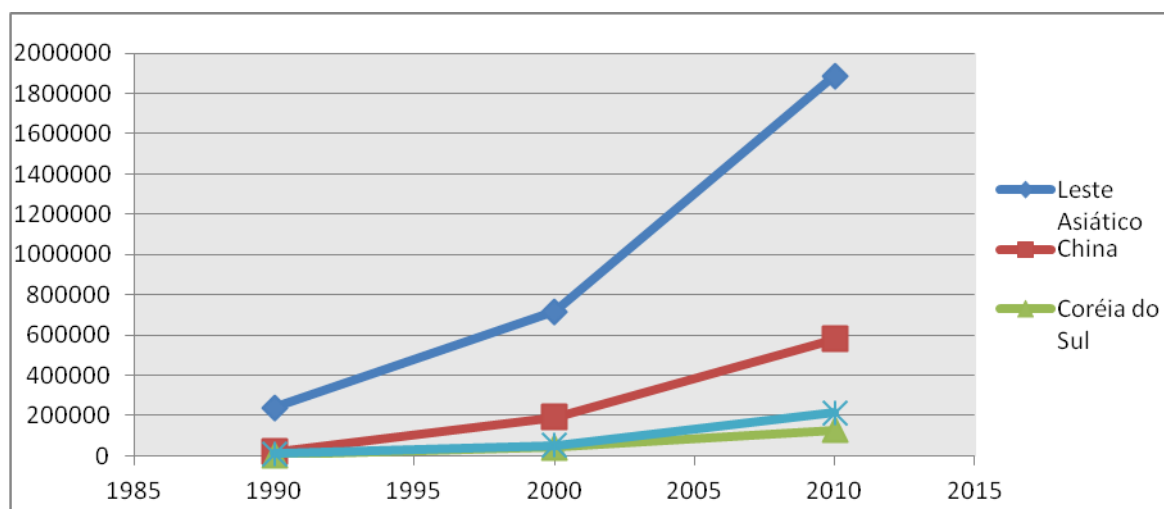
Fonte: China Statistic Yearbook, vários anos.

Elaboração própria.

*Porcentagem do total de IDE no ano

**Dados não divulgados para esta data

Gráfico 6 - Estoque de Investimento Direto Estrangeiro (em milhões de dólares)



Fonte: WIR- Unctad 2011

Valores estimados da China para os anos de 1990 e 2010

Elaboração Própria.

O gráfico 6 ilustra os estoques de IDE nos países do leste asiático. Constatase que a China passou de 20, 7 milhões aproximadamente em 1990 para 578,8 milhões de dólares no ano de 2010, um crescimento de 2.696%. Comparativamente o Japão cresceu de 9,8 milhões em 1990 para 214,8 milhões no ano de 2010 605% a menos que a República Popular da China. É possível observar também, que a China foi o país do leste asiático que mais recebeu investimento direto estrangeiro, sendo responsável por 30% dos IDEs

recebidos nessa região no ano de 2010, contra 6,7% da Coreia do Sul e 11,3% do Japão no mesmo período.

2.2 A Taxa de Câmbio

Nessa fase de internacionalização da China e da emergência desse país na economia mundial, tratar da política monetária e o caminho seguido pela moeda nacional, o Yuan Renminbi, é fundamental para trazer esclarecimentos a respeito das vantagens adquiridas a partir das medidas adotadas ao longo dos anos. Mais do que tratar a respeito do nível seguido pelo Yuan, deve-se entender que a gestão do valor externo do mesmo e dos fluxos financeiros, está estritamente relacionada com a necessidade de manter o crescimento econômico acelerado e a inserção chinesa na economia mundial.

O regime cambial da China tem sido marcado, desde 1997, pela rigidez da taxa de câmbio, no valor de 8,28 yuan/dólar, sendo um importante instrumento no estímulo às exportações chinesas no mercado mundial (VIERA 2006). Há um argumento dos EUA e de outros parceiros comerciais a respeito da China, que dizem que a moeda assumida pelo país de forma desvalorizada resulta em um excesso de produtos chineses importados por esses parceiros, causando déficits comerciais e problemas na taxas de desemprego dos outros países.

Então, a importância da abordagem a respeito da moeda chinesa, está também em entender qual a interferência da subvalorização do renminbi⁷ na balança comercial da China, na média de exportação e importação realizada pelo país devido à política adotada e o fato dos superávits alcançados gerarem possíveis desequilíbrios macroeconômicos no mundo e nas relações comerciais. Rodrik (2010) retrata duas discussões acerca do mercantilismo chinês e as implicações para os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A primeira abordagem é de acordo com Arvind Subramanian, do Peterson Institute e do Center for Global Development. Seu argumento diz que os países em desenvolvimento têm sofrido com a política cambial chinesa de manter a moeda desvalorizada, o que tornou mais difícil para esses países competirem com produtos chineses nos mercados mundiais, revertendo o ritmo de crescimento destes.

⁷ A moeda Chinesa recebe duas denominações: Yuan ou Renminbi

Em contrapartida, segundo Arvind Subramanian, se houvesse a valorização do yuan, as exportações dos países pobres se tornariam mais competitivas e, a partir disso, estes países estariam melhores posicionados no comércio internacional.

A segunda abordagem baseia-se no argumento de Helmut Reisen e outros autores do Centro de Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para os quais os países em desenvolvimento, especialmente os mais pobres, seriam prejudicados caso o yuan sofresse uma valorização considerável.

Segundo esses teóricos, se a China, eventualmente, apreciasse sua moeda, e como consequência, uma tivesse uma diminuição de seu crescimento econômico, outros países também seriam prejudicados, e essa afirmação, está fundamentada em um estudo empírico que sugere que o crescimento dos países em desenvolvimento depende do desempenho chinês e acompanham este.

Em vista disso, traça-se um pequeno histórico da evolução da política monetária e cambial chinesa e de que forma esta está diretamente relacionada com o nível de exportações, e consequentemente tem contribuído para o crescimento econômico chinês.

Ao longo do processo de reformas econômicas, estritamente a partir de 1978, o regime cambial chinês evoluiu de um mecanismo centralizado de controle, para um sistema dual de taxa de câmbio (1986), que seguiu um período de flutuação administrada com uma banda restrita até o regime atual, em que a taxa de câmbio está atrelada ao dólar (desde 1994), conforme retratou Viera (2006).

A seguir, na tabela 6, os índices das taxas de câmbio oficiais, que são determinadas pelas autoridades nacionais ou a taxa determinada no mercado de câmbio legalmente sancionada, calculado segundo as médias mensais, com relação ao dólar.

Tabela 6 - Taxa de Câmbio Real 1979-2010

2010	6,7	2002	8,2	1994	8,6	1986	3,4
2009	6,8	2001	8,2	1993	5,7	1985	2,9
2008	6,9	2000	8,2	1992	5,5	1984	2,3
2007	7,6	1999	8,2	1991	5,3	1983	1,9
2006	7,9	1998	8,2	1990	4,7	1982	1,9
2005	8,2	1997	8,2	1989	3,7	1981	1,7
2004	8,2	1996	8,3	1988	3,7	1980	1,5
2003	8,2	1995	8,3	1987	3,7	1979	1,5

Fonte: Banco Mundial

Elaboração Própria

No início do ano de 1995 pode-se perceber uma mudança na taxa de câmbio que passou de 8,6 yuan/dólar no ano anterior, para 8,3 yuan/dólar e posteriormente para uma 8,2 yuan/dólar, o que demonstra uma estabilidade e uma rigidez ao longo dos anos.

Em julho de 2005 o Banco do Povo da China (BPoC) anunciou uma mudança no regime cambial chinês que tornaria o yuan flutuante, tendo por base uma cesta de moedas. A política de mais de uma década de regime de fixação do renmimbi foi então abandonada, e a moeda passou a flutuar dentro de uma banda de 0,3%, inicialmente. Conforme Cunha (2005), a participação do dólar estava em torno de 45%, o iene com aproximadamente 20% e 15% para a participação do euro, no ano da mudança, em 2005. Foram considerados não só a participação de cada país no comércio exterior chinês, mas também foram levados em conta os aspectos financeiros, tais como o perfil da dívida externa da China em termos de denominação monetária, bem como a origem dos fluxos de investimento externo, que tem sido a forma predominante de absorção de capitais.

O BPoC tinha como objetivo aprimorar o sistema da economia socialista de mercado na China, capacitando os mercados a desempenharem de forma plena a alocação de recursos e garantir maior “flexibilidade” na relação entre o dólar e o yuan. Por outro lado, o BPoC manteve o compromisso de atuar no mercado em função de uma estratégia econômica mais ampla, o que significava fazer ajustes na banca cambial do renmimbi sempre que fosse necessário e de acordo com os movimentos de mercado e, também com a situação econômica e financeira. O comprometimento do Banco do Povo da China, portanto, estava em manter a taxa de câmbio basicamente estável em um nível adaptativo e de equilíbrio, de modo que promovesse o equilíbrio da balança de pagamentos e assegurasse a estabilidade macroeconômica financeira.

O interesse das autoridades chinesas de ligar o yuan a uma cesta de moedas estava relacionado a preocupação em equilibrar as tensões com outros países. Externamente, a pressão pela valorização da moeda frente ao dólar está manifestado no plano comercial, devido às ameaças de retaliação dos Estados Unidos. Além disso, o influxo crescente de capitais de curto prazo, posicionados no mercado futuro, apostando no yuan como uma moeda forte, gerou um elemento especulativo ao processo de ajuste cambial. Internamente, deveria se compatibilizar o fortalecimento do Renmimbi com o equilíbrio do sistema financeiro.

Próximo ao ano de 2005, de acordo com Cunha (2005) os bancos chineses foram capitalizados com ativos financeiros denominados dólares. Isso implica que a valorização do yuan a níveis desejados pelo *Wall Street* (o que estava em torno de 10% e 20%) poderia

causar um desequilíbrio patrimonial nos bancos chineses, o que geraria uma desestabilização no sistema financeiro.

A flexibilização da taxa de câmbio chinesa é um dos assuntos discordados entre autoridades. Cunha (2005) abordou as consequências da mudança da política cambial no curto, médio e longo prazo para a economia chinesa. No curto prazo a ênfase no ajuste gradual e adaptativo adotado pelo país, afasta a expectativa de uma valorização considerável do yuan frente ao dólar, o que não traria uma diminuição dos déficits comerciais dos EUA, por essa via. No médio e longo prazo, com uma ligação menos rígida do yuan com o dólar, o BPoC poderia ter menos incentivo para manter o ritmo de aquisições de ativos nos EUA, para composição da sua reserva, sendo que, teoricamente, quanto mais flexível for o regime cambial, mais os ajustes nos fluxos de divisas se dão por mudanças das taxas de câmbio devido as alterações nos níveis de reserva, podendo gerar um afrouxamento (parcial e futuro) das economias chinesa e norte-americana.

Por outro lado, a respeito da flexibilização, Vieira (2006) trabalha com a ideia de que, caso a China deseje preservar a independência da política monetária, deverá enfrentar um *tradeoff* entre outros dois objetivos, ou seja, teria que abrir mão da rigidez cambial ou diminuir o grau de integração no mercado financeiro, que, segundo ele, é menos provável.

Em vista disso, o autor cita Frankel⁸ e sua teoria que diz que a rigidez (em relação ao dólar) da taxa de câmbio da China pode ter atingido um grau de desenvolvimento no tempo onde não seria mais justificável a sua sobrevida, de maneira que, a seguir, são expostos sete argumentos que comprovam, segundo este autor, a necessidade de se flexibilizar o câmbio.

- 1- A economia chinesa encontra-se sobreaquecida e as pressões inflacionárias já se mostram relevantes, sendo que uma flexibilização cambial associada a uma apreciação da taxa de câmbio deve minimizar tais pressões.
- 2- O nível atual de reservas internacionais é significativamente elevado para funcionar como proteção em caso de uma eventual crise monetária.

⁸ FRANKEL, J., "On The Renminbi: The Choice Between Adjustment Under a Fixed Exchange Rate and Adjustment Under a Flexible Rate" NBER Working Paper Series, n°11274, april, 2005.

- 3- A política de esterilização das entradas de capitais tem se tornado cada vez mais difícil e o impacto monetário destes fluxos pode exercer pressão inflacionária adicional.
- 4- Embora o equilíbrio externo possa ser atingido por políticas redutoras de gastos (elevação de juros), a existência de duas metas de política (equilíbrio interno e externo) deve exigir não apenas a utilização da taxa de juros, mas também a taxa de câmbio.
- 5- Uma economia do tamanho da China deve fazer uso de mudanças na taxa de câmbio nominal e não nos preços como forma de ajustar sua taxa de câmbio real.
- 6- As experiências de outras economias emergentes no que se refere à transição de regimes cambiais sugerem que tal mudança deve ocorrer num contexto onde a economia está equilibrada sob o ponto de vista macroeconômico e monetária onde frequentemente ocorrem os chamados ataques especulativos.
- 7- Uma análise de longo prazo sugere que os preços dos bens e serviços na China encontram-se em um nível baixo. Considerando-se as experiências de diversos países, as correções nas defasagens da taxa de câmbio em relação ao seu nível de equilíbrio são alcançadas pela metade na década seguinte à transição do regime cambial.

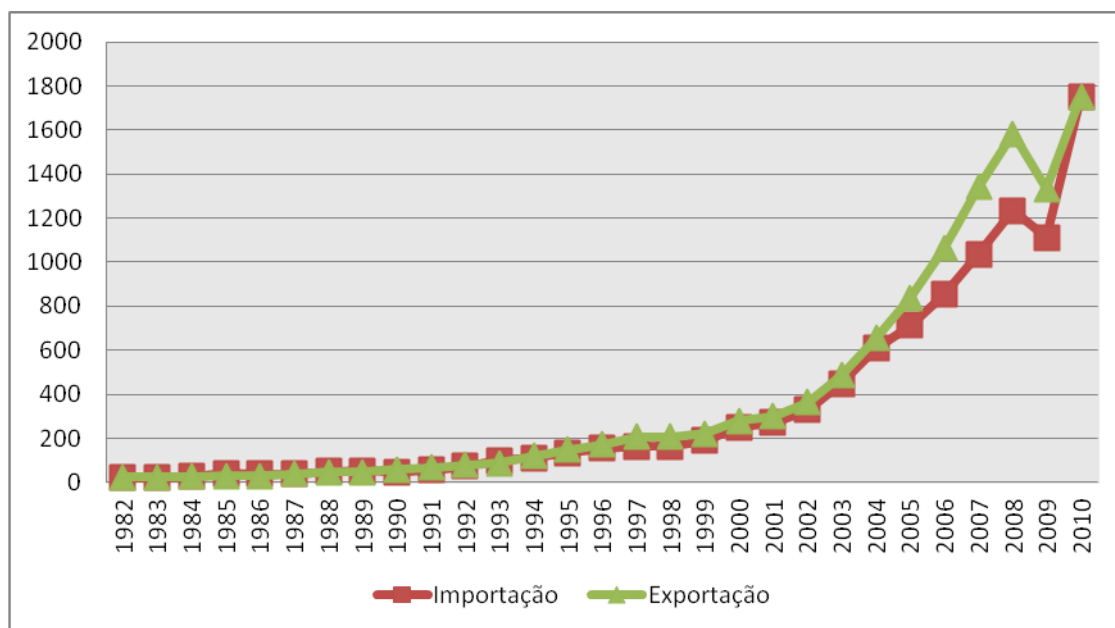
Apesar de adotada a política mais flexível da taxa de câmbio, com a crise financeira internacional, a China voltou com a rigidez do yuan, assunto este que será abordado no terceiro capítulo. De qualquer forma, ainda que relutantes teóricos do *Wall Street* reconheçam que atualmente o renmimbi avançou um pouco em relação ao dólar, entretanto, segundo estes⁹, embora o yuan tenha se valorizado cerca de 10% de junho de 2010 a junho de 2011 em relação ao dólar, segundo algumas estimativas ajustadas pela inflação, a moeda ainda está desvalorizada em até 40%.

Após essa discussão, cabe expor, a evolução do comércio exterior que obteve elevada contribuição devido à subvalorização da moeda chinesa. A entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) no ano de 2001 foi de extrema importância na medida em que garantiu um maior acesso à globalização e negociações com diversos países, mas que,

⁹ Por exemplo, Tim Murphy, deputado republicano da Pensilvânia, Estados Unidos, um dos maiores críticos da política cambial chinesa in Orlik & Cordeiro (2011).

ao mesmo tempo, exigiu do país membro um compromisso de forma a garantir a interação, incluindo determinadas políticas que deveriam ser enfrentadas. O gráfico 7 mostra o crescimento da participação do comércio chinês no mundo, que tem se intensificado com o passar dos anos.

**Gráfico 7 - Exportações e Importações de Bens e Serviços
(em bilhões de dólares correntes)**



Fonte: Banco Mundial Data Base
Elaboração Própria

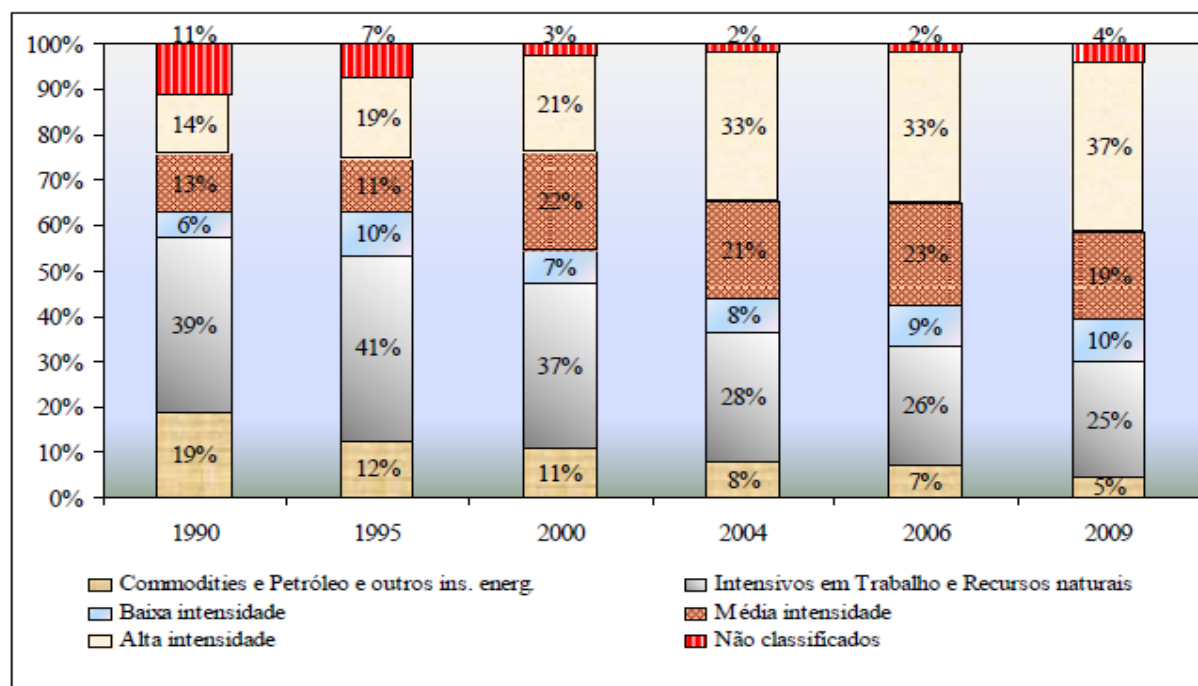
É fato que as exportações chinesas têm mostrado um dinamismo muito superior às exportações mundiais. Entre 1985 e 2005, as vendas chinesas para o resto do mundo cresceram, avançando de um patamar de US\$ 28 bilhões em 1985 para aproximadamente US\$ 840 bilhões em 2005. Vale destacar que este alto índice de exportação está estritamente relacionado ao baixo valor de mão obra trabalhadora que colaborou para atrair investimentos externos e acarretou nessa evolução do nível de exportações (NONNENBERG 2008).

Com relação às importações, afirma-se cresceram de forma equilibrada junto com as exportações. Assim como já foi citado anteriormente, houve uma mudança significativa nos produtos exportados pela China, o qual era conhecida por ser competitiva apenas em produtos intensivos em mão de obra, pelo seu baixo custo. Porém, nos últimos anos, a pauta de exportação chinesa tem sofrido alterações, com um aumento na produção de

produtos de alta intensidade tecnológica que segundo dados representaram 37% das vendas externas em 2005.

A esse respeito, Alice Amsden (2009) caracterizou o desenvolvimento econômico “como um processo que passa de um conjunto de ativos baseados em produtos primários, explorados por mão de obra não especializada, para um conjunto de ativos baseados no conhecimento, explorados por mão de obra especializada”. Foi visto que o processo de industrialização chinês baseou-se na abertura comercial e incentivos a entrada de capitais e empresas estrangeiras, através de redução de tarifas, por exemplo, e abundante oferta de mão de obra. Com a inserção de empresas multinacionais (EMNs) no cenário econômico, destacou Nonnenberg (2008) que ocorreu um mecanismo de transferência de conhecimento a custos muito baixos, viabilizando o desenvolvimento de diversos setores industriais, mudando de forma considerável o cenário da China.

Gráfico 8 - China: composição das exportações por intensidade tecnológica (%) 1990 a 2009 (anos selecionados)



Fonte: Unctad - Elaboração IPEA

Extraído de Acioly et al (2011)

O gráfico acima ilustra a mudança da pauta de exportação da China, o qual teve um aumento nas exportações de produtos de alta intensidade tecnológica, que passou de 14% do total em 1990 para 37% no ano de 2009. Em contrapartida os produtos intensivos em trabalho e recursos naturais diminuíram de 39% para 25% para os mesmo anos.

2.3 A Questão da Mão de Obra

Como fator condicionante para o crescimento econômico da China, também é discutido a respeito da mão de obra e o seu baixo custo que acaba por atrair empresários externos. Nonnenberg (2008) cita alguns fatores a respeito dessa vantagem ou diferença em relação aos outros países, uma vez que muitos destes chegam a possuir estas características mas não logram um crescimento tão grande quanto o da China.

- 1- Há uma disponibilidade de capital e capital gerencial - e, incidentalmente, proximidade cultural - que acercou o trabalho do capital através dos investimentos em Hong Kong e Taiwan nas primeiras ZEEs.
- 2- Uma oferta de mão de obra quase infinitamente elástica (e que assim continuará nos próximos anos) com algum grau, ainda que baixo, de qualificação. Portanto, o aumento da demanda não provocou, nos segmentos de baixa qualificação, elevações substanciais nos salários (ainda que, ao longo do tempo, tenha-se desenvolvido uma grande, em termos absolutos, classe média com elevado poder aquisitivo).
- 3- Os trabalhadores chineses possuem uma concepção de hierarquia e disciplina que, aliada à proibição da criação de organizações sindicais , dificulta tremendamente a sua organização e a possibilidade de exercer pressões por aumento de salários.
- 4- Mecanismos de regulação das relações de trabalho e direitos trabalhistas são praticamente ausentes na sociedade chinesa. Inexistência de férias (afora as três semanas anuais de feriados), semana de trabalho de sete dias e ausência de aviso prévio, por exemplo, constituem práticas comuns.

Além desses aspectos, como vantagem da mão de obra chinesa, pode-se destacar os trabalhadores não-qualificados que constituem os migrantes temporários que vão do campo para a cidade e não levam a família. Por não possuírem carteira de identidade, estes também não utilizam dos serviços públicos, além do que eles não são considerados ilegais. Não possuem despesa com casa, por exemplo, pois aceitam dormir no local do trabalho, tornando o valor da mão de trabalho baixo.

A tabela 7 ilustra a faixa salarial das diferentes categorias de trabalho na China. Pode-se constatar, como já foi dito, que o salário chinês, apesar de ser um dos mais baixos comparativamente, não é tão distante do salário da Índia e de Singapura por exemplo. Porém os benefícios, que já foram citados, que os empresários possuem ao entrar no mercado chinês são o diferencial para a escolha destes.

Tabela 7- Salários Mensais em Países Selecionados (em US\$)

	China	Índia	Singapura	Taiwan	Japão	EUA
Presidente da Empresa	2.865	1.764	11.131	13.638	18.300	31.200
Diretor Industrial	1.866	937	6.740	6.986	12.045	11.592
Ger. De chão de fábrica	1.399	724	4.639	6.036	7.992	8.056
Eng. De Sistemas	746	490	2.290	2.573	4.663	5.460
Sup. De Produção	589	384	1.847	2.253	3.485	3.917
Secretária	393	176	1.326	1.415	1.720	2.208
Motorista	279	147	975	1.520	1.217	2.442

Fonte: ASIaweek, 2000. Citado por Ulrich Jurgens, Rolf Rehbehn, 2004.¹⁰

Portanto, grande parte desse elevado ritmo de crescimento econômico chinês está relacionado ao baixo custo relativo dos salários. Deve-se, no entanto, considerar que não só esta questão isoladamente mas também o fato de existirem especificidades na China, como seu sistema político, sua estrutura demográfica, sua estrutura educacional, na qualidade crescente de seus produtos, além do padrão de consumo da população (PIRES 2009).

Entretanto, Arrighi (2008) afirma que a principal vantagem competitiva da China não está no fato dos operários custarem 5% do que custam os norte-americanos, mas sim que os engenheiros e os gerentes de fábrica custem 35% ou menos. Mesmo que se relate que a produtividade do trabalhador norte-americano seja maior, diz-se que essa elevada

¹⁰ In Pires (2009).

produtividade deve-se à substituição de muitos destes por sistemas complexos de automação flexível e manejo de materiais, reduzindo o custo de mão de obra, porém aumentando o custo do capital e dos sistemas de apoio. As fábricas chinesas economizam no capital e dão maior destaque ao papel da mão de obra.

Considera-se também o fato de que as políticas governamentais no campo da educação na China dotaram-na de um reservatório de recursos humanos que, juntamente com a enorme oferta de operários alfabetizados e industriais, inclui um suprimento de engenheiros, cientistas e técnicos em rápida expansão, como dito no primeiro capítulo. Essa grande oferta de trabalhadores do conhecimento facilita não só a substituição de máquinas e de administradores caros por mão de obra instruída e barata, como também, o aprimoramento da divisão social do trabalho para a produção e inovações com o uso intensivo de conhecimentos. Isso pode ser comprovado, segundo Arrighi (2008) também com o ritmo de crescimento de pesquisa e desenvolvimento na China:

“Basta mencionar que em 2003, embora os Estados Unidos gastassem quase cinco vezes mais do que a China com pesquisa e desenvolvimento, eles possuíam menos que o dobro de pesquisadores (1,3 milhão contra 743 mil). Além disso, nos últimos doze anos os gastos da China com pesquisa e desenvolvimento cresceram ao ritmo de 17% ao ano, contra 4% a 5% nos Estados Unidos, no Japão e na União Européia.”

Arrighi (2008:372)¹¹

¹¹ In Ibidem; Gautam Naik, “China’s Spending for Research Outpaces the U.S.”, *The Wall Street Journal Online*, 29/09/2006

CAPÍTULO III

3. A CRISE ECONÔMICA DE 2008 E A RESPOSTA CHINESA

A crise financeira culminou no ano de 2008 e acabou abalando a economia de grandes potências, como foi o caso dos Estados Unidos. A partir desse fato, indaga-se a respeito do que aconteceria com o crescimento econômico da China a altas taxas, como vinha ocorrendo, ou o que ocorreria com o mesmo frente essa nova situação mundial. Quais seriam então as medidas tomadas pelas autoridades para combater os efeitos dessa crise e, além disso, quais são as fontes de desaceleração da economia, os as falhas estruturais encontradas. Questiona-se sobre a política macroeconômica e cambial seguida pelo Governo chinês e se este manteria a moeda flexível ou não ao mercado devido a esta instabilidade.

Até o presente capítulo, este trabalho buscou expor os possíveis fatores para o crescimento econômico, e a sua dinâmica diante dos outros países e quais motivos desse avanço econômico em tão pouco tempo, como foi a partir da abertura de 1978. Sendo assim, o intuito desse capítulo é esclarecer em que situação se encontrava a China quando ocorreu a crise financeira, quais foram as políticas de reforma, a mudança de prioridade, que estava voltada para inflação e agora encontrava-se focada em manter o ritmo de crescimento econômico. A orientação da taxa de câmbio e suas implicações para o mercado mundial.

Já foram explicitadas algumas das características do crescimento econômico, seus diferenciais, ou seja, quais as características internas e externas para que a China obtivesse tamanho desempenho. Fang (2009), porém, destaca algumas falhas existentes no modelo econômico chinês que podem de alguma forma, justificar algumas vulnerabilidades ou abalos sofridos pelo país:

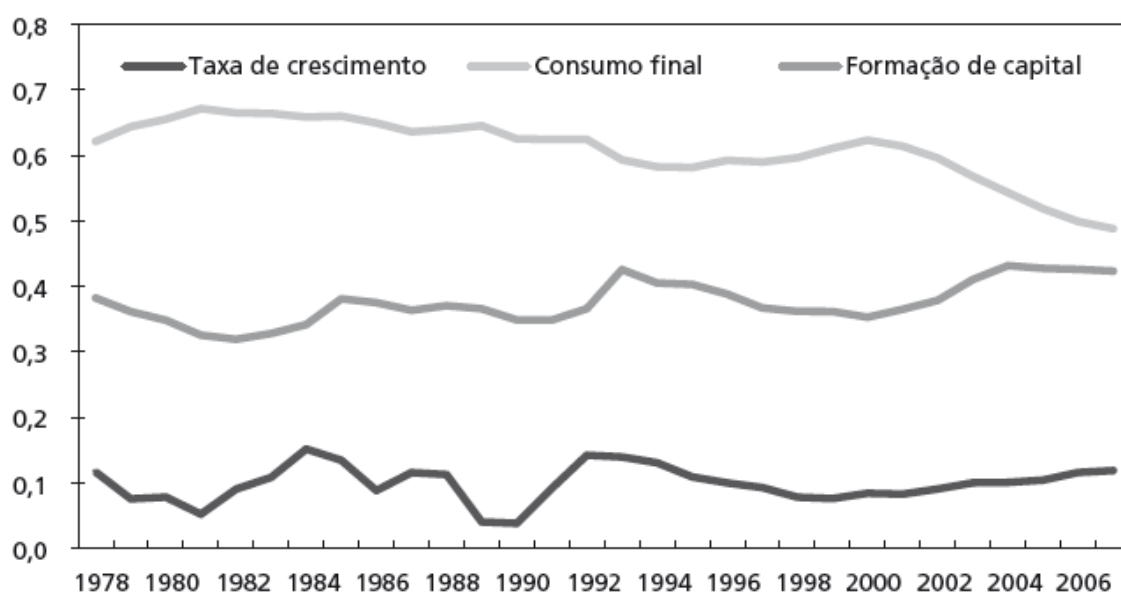
1-Confiança excessiva na acumulação de fatores de crescimento econômico levou a um crescimento impulsionado por grandes investimentos.

2-O desenvolvimento em setores orientados à exportação é muito intensivo em mão de obra de menor valor agregado. Dada a imperfeição no mercado de trabalho chinês,

caracterizado pelo emprego em massa de trabalhadores migrantes que se deslocam entre o interior e as províncias costeiras, em épocas de crise, os impactos no emprego têm muito mais peso que as perdas para o PIB.

O investimento, assim como o consumo final, foi fundamental para o crescimento econômico. O gráfico 9 mostra, conforme dados do Banco da China, o crescimento, consumo final, e formação de capital. Há uma relação entre as flutuações do investimento e do crescimento econômico, expresso na formação do capital, enquanto que o consumo final, tem demonstrado pouca importância. Comprovadamente, temos o gráfico a seguir:

Gráfico 9 - Taxa de crescimento econômico, taxa de consumo final e a taxa de formação de capital



Fonte: National Bureau Statistics (NBS), China Statistical Yearbook, China Statistical Press.
Extraído de Fang (2009)

Há uma preocupação, porém no caso do crescimento econômico ser baseado no investimento, que é o fato de aumentarem as chances de terem flutuações econômicas, além do que as altas taxas de investimento podem levar ao *crowding out* do consumo final.

A atenção está agora em mobilizar a demanda doméstica, uma vez que após eclodir a crise financeira, a discussão gira em torno da possível mudança de demanda externa para a demanda interna.

O emprego é um fator a ser considerado em virtude do comportamento de alguns trabalhadores, principalmente os que trabalham nas zonas costeiras (onde se encontram a maioria das indústrias). Estes não possuem cadastro domiciliar, o que dá a eles plena mobilidade, implicando em migração da cidade para o campo nos períodos de recessão econômica. Há, portanto, um impacto sobre o emprego.

O impacto sobre a economia chinesa referente a crise financeira aconteceu de modo indireto:

“A desaceleração das principais economias do mundo levou à queda da demanda externa por produtos chineses, o que, por sua vez, contribui para a desaceleração econômica na China.”

Fang (2009:103)

Houve uma mudança no foco da contenção da inflação que alcançou um nível elevado no ano de 2007 para a manutenção da taxa de crescimento no ano de 2008. A crise ainda revelou problemas estruturais da economia chinesa, que deveriam a partir disso receber maior atenção.

- 1- Como força motriz para o crescimento econômico, a política desejada deve estimular o consumo final, que desempenha papel mais ativo no crescimento de longo prazo.
- 2- A política de recuperação deve fomentar a demanda interna e reduzir a dependência da demanda externa.

Fang (2009) realizou um estudo estatístico que avaliou a interferência do comércio internacional no crescimento econômico a partir do cálculo do valor agregado dos bens exportados. A dificuldade da análise está em que esse valor não é fornecido pelo sistema estatístico da China, sendo necessário utilizar o número e o valor de mercadorias exportadas, sobre o valor agregado da exportação por setor e obteve-se que em 2007, o valor agregado dos bens exportados representou 10,1% do PIB.

Os resultados dos cálculos realizados mostraram que a exportação contribuiu de forma muito limitada para o crescimento econômico. Dados revelam que, nos primeiros

cinco meses do ano de 2008, a queda do crescimento econômico foi de 0,2% a 0,4% para 24% de queda das exportações. O Gráfico abaixo mostra a diminuição ritmo de exportação que a China tinha desde 2005. A partir disso, conclui-se, segundo este estudo, que a queda das exportações não será um grande obstáculo para a meta de 8% de crescimento estabelecido pela China.

Tabela 8 - Importação e Exportação de bens e serviços da China entre 1980 e 2009 em % do PIB

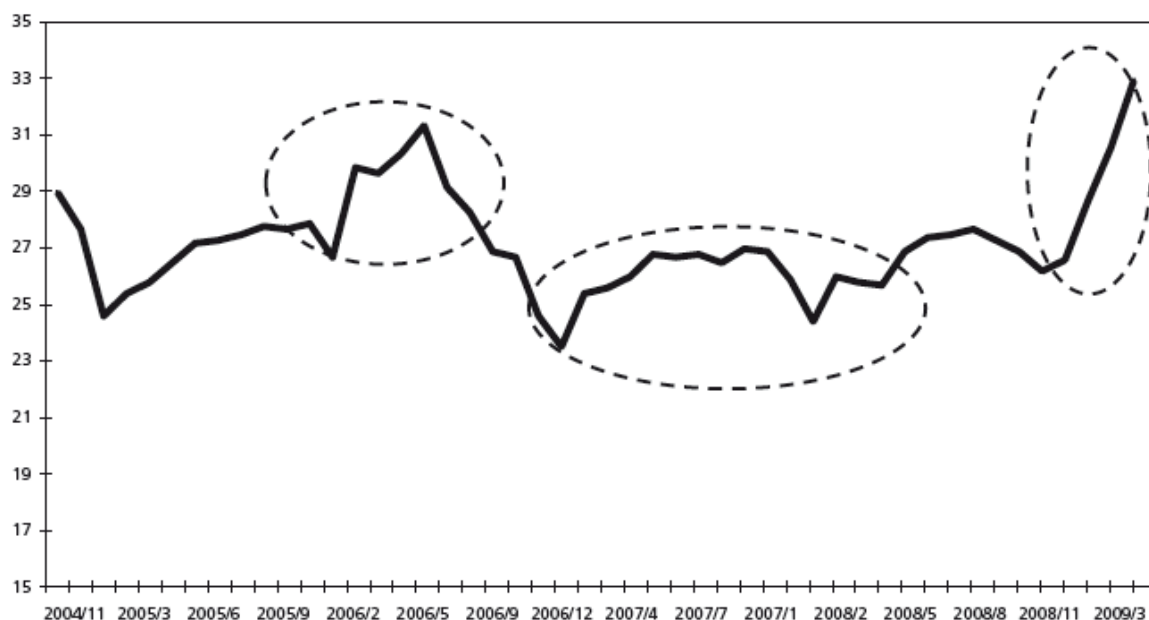
Ano	Exportação (% PIB)	Importação (% PIB)	Saldo da Balança comercial (% PIB)
1980	10,65	11,01	-0,36
1981	12,58	12,07	0,51
1982	11,67	9,3	2,37
1983	10,19	9,07	1,12
1984	10,41	10,39	0,02
1985	9,21	13,29	-4,08
1986	10	12,48	-2,48
1987	14,49	14,38	0,11
1988	14,83	16,15	-1,32
1989	13,9	15,34	-1,44
1990	16,7	13,09	3,61
1991	17,37	14,31	3,06
1992	18,65	17,47	1,18
1993	19,65	22,33	-2,68
1994	21,27	19,95	1,32
1995	20,23	18,58	1,65
1996	20,05	18	2,05
1997	21,75	17,26	4,49
1998	20,35	16,05	4,3
1999	20,17	17,52	2,65
2000	23,33	20,92	2,41
2001	22,6	20,48	2,12
2002	25,13	22,56	2,57
2003	29,56	27,36	2,2
2004	33,95	31,4	2,55
2005	37,08	31,55	5,53
2006	39,13	31,43	7,7
2007	38,41	29,61	8,8
2008	34,98	27,26	7,72
2009	26,74	22,33	4,41

Fonte: World Bank Database

Elaboração própria

Em vista disso, afirma-se que o que mais causou então a desaceleração do crescimento econômico desde a crise financeira foi a desaceleração do investimento, conforme ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico 10 - Investimentos em ativos fixos na China – 2004 a 2009
(Em % do PIB)



Fonte: China Economic Information Center

Extraído de Fang (2009)

3.1 A Política Cambial

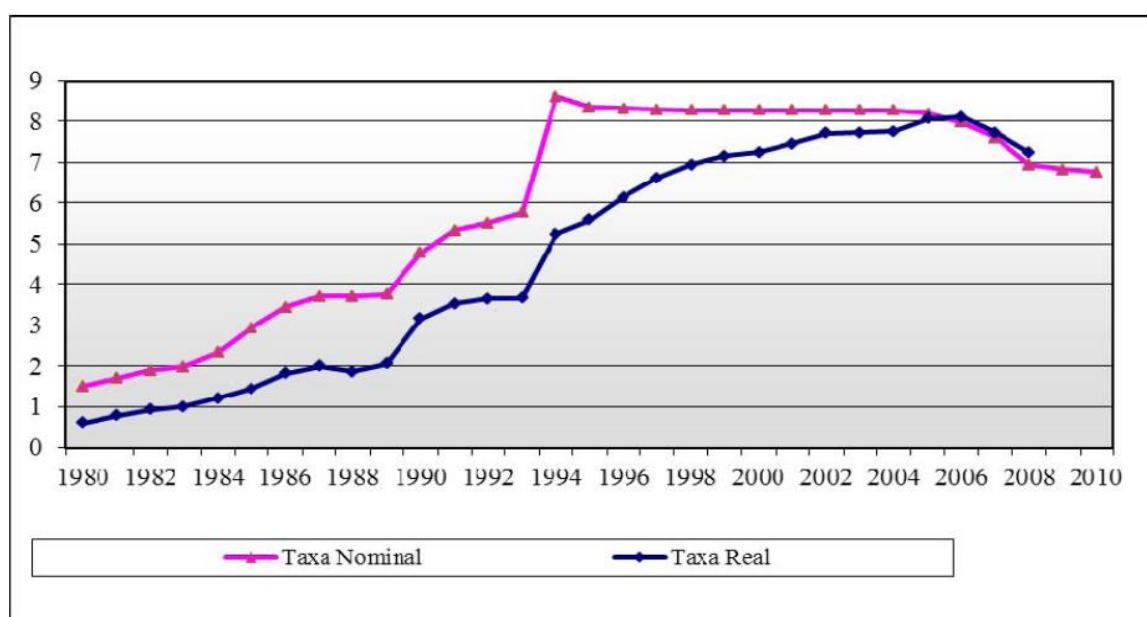
Desde a abertura econômica da China em 1978, tem sido grande o nível de Investimento Direto Estrangeiro que o país asiático tem recebido, bem como a integração com o resto do mundo e a quantidade de exportação. A quantidade de troca com o exterior foi facilitada e favorecida pela política cambial seguida pela China. Destaca-se o ano de 1994¹², em que a China adotou uma taxa de câmbio unificada, procurando sustentar um patamar competitivo. As flutuações ocorridas em 2010 são consequência de um consenso político-comercial e também para atender interesses dos parceiros, como os EUA.

¹² No início das reformas econômicas, o mercado de câmbio era dividido em dois compartimentos separados. O primeiro era o oficial, administrado por meio de uma taxa flutuante, e o segundo era o mercado de swaps, com acesso restrito às empresas localizadas nas zonas econômicas especiais e às corporações estatais especializadas em exportações. Nesse segundo mercado, a taxa de câmbio era mais desvalorizada, de modo a favorecer a produção de bens exportados. “Essa situação permaneceu até 1994, quando ocorreu a unificação da taxa de câmbio, com significativa desvalorização do yuan, e se estabeleceu um mercado interbancário de divisas em Xangai, de forma a substituir os centros de swaps” (MEDEIROS, 1999, p. 402). Essa desvalorização da moeda, longe de impactar somente a taxa nominal, fez com que a taxa de câmbio em termos reais também se depreciasse, saindo de 0,59 para 5,23 yuan por dólar, entre 1980 e 1994.

Leão (2010) cita as mudanças observadas na condução da política cambial chinesa no período anterior à crise financeira, que segundo ele, foi dividido em dois períodos:

O primeiro período abrange os anos de 1994 a 2005 em que a taxa de câmbio real foi constantemente depreciada enquanto a taxa de câmbio nominal se manteve estável saindo de 8,65 yuan/dólar em 1994 para 8,29 yuan/dólar no ano de 1997. A desvalorização da taxa real consistiu em 5,23 yuan/dólar contra 6,14 yuan/dólar no mesmo período. A taxa nominal de câmbio a partir daí se tornou estável em 8,28 Yuan/Dólar enquanto que a taxa real de câmbio foi se desvalorizando progressivamente, conduzindo, portanto, a moeda a um câmbio fixo, conforme ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico 11 - China: a evolução das taxas de câmbio real e nominal (1980 a 2010)



Fonte : IPEA

Extraído de Acioly et al (2011)

A partir de 1995, moedas dos países como Tailândia, Indonésia, Filipinas, sofreram uma valorização da moeda, e que, juntamente com a desvalorização do yuan, permitiu que as empresas desses locais migrassem para a China, mantendo o nível de IDE e de exportações altas para a China. Esse mesmo período foi marcado por uma sucessão de crises financeiras no mercado asiático, gerando um cenário de instabilidade, o que fez com que o mercado chinês tomasse algumas providências para evitar a saída de capitais na tentativa de manter a moeda estável. As relações com o leste asiático também foram

estreitadas de maneira que a China passou a ser denominada de “âncora asiática” devido a sua moeda fortemente desvalorizada, que incentivava as exportações cada vez mais.

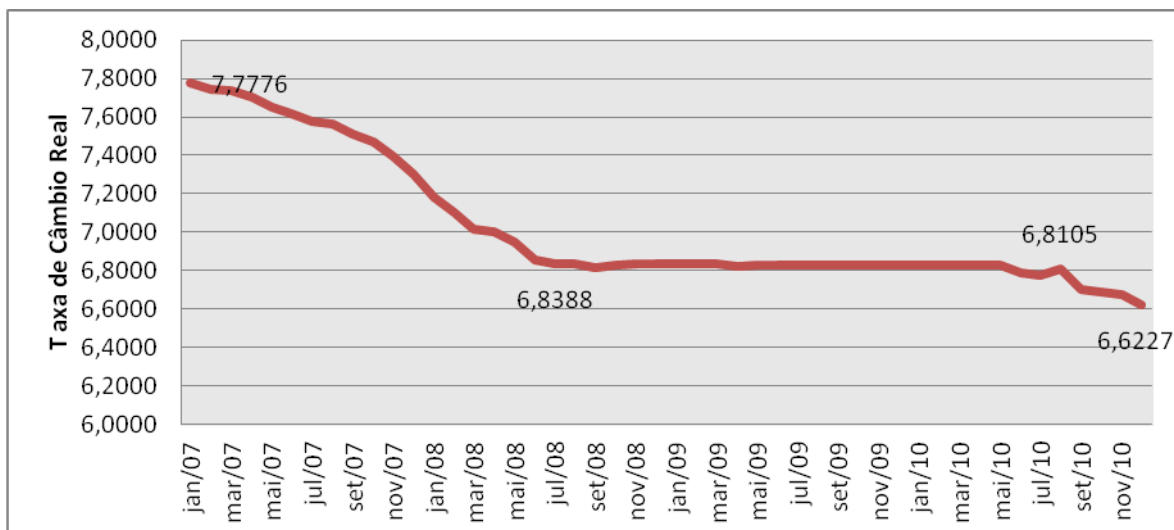
A segunda fase teve início na metade do ano de 2005, em que o modelo de paridade em relação ao Dólar foi modificado, sendo substituído por um sistema cambial flexível, o qual é administrado segundo a variação de uma cesta de moedas, a qual o dólar tinha grande peso (LEÃO 2010), portanto a moeda chinesa passou a flutuar dentro de uma banda estreita e a partir de então pode sofrer uma desvalorização que passou de 8,27 para 6,95 yuan/dólar no período de 2004 a 2008, não afetando, contudo a competitividade chinesa.

No período anterior a crise, a economia internacional provou de um grande dinamismo, por parte dos países em desenvolvimento, em que houve um aumento do preço das *commodities* e de produtos intensivos em recursos naturais, limitando o impacto da valorização do câmbio sobre as exportações chinesas.

O que se pode dizer então é que, anteriormente à crise financeira, a China seguia sua política cambial flexível porém favorecendo as exportações e mesmo assim, atendendo de forma cautelosa as exigências de países como os Estados Unidos que julgavam com maus olhos o caminho cambial seguido pela China. Ao eclodir a crise, a China modificou novamente sua política cambial, adaptando-a ao novo cenário de instabilidade internacional.

Diante do aprofundamento da crise financeira internacional a China interrompeu o regime da taxa de câmbio baseado em uma cesta de moedas, adotando uma flutuação do câmbio mais estreita entre 6,81 e 6,89 yuan/dólar, que na prática pode-se dizer que funcionou como um regime de câmbio fixo.

Gráfico 12 - China: evolução mensal da taxa de câmbio nominal no período da crise (2007 a 2010)



Fonte: Banco Popular da China

Elaboração própria

Outra medida adotada foi buscar aumentar a importância do papel do yuan como referência monetária da Ásia, uma vez que vários países da região sofreram com a fuga de capitais e a depreciação de suas moedas. Esse processo foi materializado por meio das crescentes operações de *swaps* realizadas com várias nações. Essas operações buscavam reduzir a utilização do dólar nos negócios realizados entre a China e terceiros países, como Argentina, Hong Kong e Coréia do Sul.

Portanto, em relação ao câmbio, os chineses procuraram manter a competitividade com relação à sua moeda, sempre considerando aspectos externos e internos para realizar as modificações. Pode-se resumir as ações do Governo primeiramente fixar o valor do yuan em relação ao Dólar para ampliar o papel regional de sua moeda e amenizar os efeitos da crise, tendo em vista suas exportações e sua industrialização, visando acima de tudo manter a taxa de crescimento econômico (julho de 2008). Em um segundo momento (junho de 2010), fez com que a China permitisse novamente a flutuação cambial.

3.2 A Política Fiscal e Social

O Governo chinês buscou agir de maneira a responder rapidamente aos impactos negativos da crise, utilizando, ao lado da política econômica, a política social. Embora a China tenha passado pela crise asiática em 1997, a crise financeira internacional é maior e a economia chinesa encontra-se mais aberta, o que torna o choque mais significativo, mas, por lado, encontra-se mais bem estruturada para poder responder aos abalos.

Como dito anteriormente, a China antes da crise, estava preocupada com a contenção da inflação, mudando seu foco, a partir de então, para a manutenção das taxas do crescimento econômico.

Então, o plano fiscal para impulsionar a economia se deu através da injeção de 4 trilhões de yuans distribuídos em construção de infra-estrutura (38%); recuperação de áreas afetadas por terremotos (25%); habitação subsidiada (10%); infra-estrutura rural (9%); redução das emissões e proteção do meio ambiente (5%); desenvolvimento social (4%). A combinação do pacote arranja os gargalos de longo prazo com áreas de prioridade que podem gerar crescimento econômico. Esses investimentos objetivam, portanto, a geração de empregos.

Em relação à política monetária, pode-se dizer que as autoridades agiram de maneira a aumentar a liquidez no sistema bancário chinês, uma vez que a moeda em circulação aumentou 25,5% em março de 2009 em relação ao ano anterior. Houve um aumento também dos empréstimos que subiram 29,8% no mesmo período. O Banco Popular Chinês (BPoC) diminuiu a taxa de juros e também aumentou a exigência das reservas internacionais.

O Governo da China respondeu à crise lançando incentivos fiscais e diminuindo encargos econômicos para auxiliar pequenas e médias empresas que contratam uma parcela considerável de mão de obra. Além disso, foram oferecidos treinamentos para trabalhadores migrantes e graduados com dificuldade de arranjar emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura econômica chinesa no final da década de 1970 permitiu ao país, que até seguia um sistema fechado e misterioso, de cultura e política rígida, um avanço internacional e permitiu intensas transformações estruturais. Em 1978 o país tinha uma população de 982 milhões de habitantes, dos quais 82% viviam na zona rural. Embora a população ainda seja majoritariamente rural, na última década a urbanização cresceu a uma taxa média de 10%, sendo que em 2009, o índice de urbanização chegou a 46,8%.

As transformações conseqüentes do novo caminho econômico adotado pela China, com uma política industrial intensa, fez com que o país ficasse exposto, de maneira geral, as forças de mercado de um mundo globalizado, no entanto, essa opção chinesa não pode ser confundida com uma adesão total ao neoliberalismo e suas implicações. O contexto histórico discutido no primeiro capítulo, descreveu a gradual adaptação do sistema capitalista que passou de uma economia fechada para o chamado “socialismo de mercado”. As Zonas Econômicas Especiais exemplificam o cuidado inicial da China ao implantar apenas quatro ZEEs. Atualmente, totalizam mais de 50 zonas especiais de exportação e de desenvolvimento tecnológico.

Apesar de haverem diversos incentivos para a entrada de multinacionais após 1978, as exigências do Estado não deixaram de existir, caracterizando esse mecanismo de mercado seguido pela China.

Com relação ao emprego, observa-se que a abertura econômica trouxe mudanças consideráveis. Na China, no período imediatamente após Mao Tsé Tung, 40% da produção e 70% do emprego se originavam do setor primário. A indústria respondia por 30% do PIB e 18% do emprego, ao passo que o setor de serviços gerava outros 30% do produtos e 12% do emprego. Com a nova realidade, as atividades econômicas tipicamente urbanas passaram a responder pela maior parte da produção – 43% na indústria e 32% nos serviços, sendo as atividades primárias correspondentes a 12% do produto e 43% do emprego.

Devido à descentralização nas decisões econômicas e a exposição ao mercado alterou-se a forma institucional de organização da produção. No ano de 1978, 69% dos empregos eram gerados pelas fazendas coletivas e 14% por empresas estatais. As demais

eram distribuídas entre administração direta do Governo, empresas públicas de municipalidades, empresas coletivas urbanas e outras até agrícolas. Nos últimos anos, passou para 47% o emprego na agricultura familiar e 27% entre empresas municipais não estatais, privadas, nacionais e outras estrangeiras.

No plano comercial, a China apareceu como um dos primeiros “*global player*”. Em meados de 1980, a China representava apenas 1% das exportações mundiais. Após o ano 2000, o país já atingia 8,8% e isso se deve ao primeiro fator que foi explorado: o Investimento Direto Estrangeiro. A partir do início de 1990, a China tornou-se a nação em desenvolvimento que mais absorveu IDE. Os produtos da pauta exportadora atual da China vêm impondo crescente pressão competitiva sobre diversas economias no mundo.

Considera-se o IDE como fator propulsor do crescimento econômico em virtude do avanço tecnológico que a China sofreu após sua abertura. A entrada de capital, externo contribuiu para o desenvolvimento das cidades as quais ocorreram as instalações das multinacionais, devido a infra-estrutura que era preparada para o recebimentos destas.

Assim como já mencionado, o IDE contribuiu para o crescimento econômico uma vez que seus produtos exportados evoluíram de manufaturas para produtos de alta tecnologia (sem deixar de exportar os primeiros). Tanto com relação à balança comercial como o transbordamento tecnológico favoreceu a China permitindo a evolução e inserção internacional cada vez maior.

A taxa de câmbio como fator propulsor, aparece no favorecimento às exportações devido ao yuan desvalorizado. Durante a década de 1990 a taxa de câmbio ficou em aproximadamente 8 yuan/dólar, valor muito baixo, o que tornou a competitividade dos produtos chineses muito mais atrativos. Com as pressões internacionais, o yuan foi evoluindo para 6,7 yuan/dólar no ano de 2010.

Nesse aspecto, conclui-se que a política de manter a moeda desvalorizada, funciona como fator contribuinte do crescimento econômico. Na China, na medida em que facilitam as exportações de seus produtos, tornando estes cada vez mais competitivos no mercado, gerando mais emprego, pela presença das empresas estrangeiras, aumentando a renda do país. Fortes concorrentes julgam que a política cambial é desleal, sendo motivo de grande discussão essa questão no cenário internacional.

O terceiro fator analisado foi o baixo custo do trabalhador. Como dito anteriormente, a China possui mão de obra abundante, o que não significa condição suficiente para atrair investidores e empresas, uma vez que a Índia, por exemplo, também possui esta vantagem. O fato está no tipo de trabalhador chinês que segue, culturalmente,

uma submissão hierárquica, sem contar a inexistência de sindicatos e a capacitação desse trabalhador. Este, na maioria das vezes é disciplinado, facilitando as relações.

No capítulo 3 discutiu-se a respeito da crise internacional a partir do ano de 2008 e foram expostas as implicações deste para a economia chinesa e o seu nível de crescimento econômico. Foi visto que a China optou por aumentar o gasto público direto e proporcionou estímulos fiscais a fim de manter estável sua economia, porém a crise financeira revelou as deficiências de crescimento de longo prazo na China.

Foram limitados os impactos diretos da crise sobre a China, de maneira que apenas algumas empresas tiveram perdas patrimoniais, por ser o setor financeiro levemente aberto. As conseqüências da crise foram, de maneira indireta, afetando o setor de exportações. Houve a diminuição da demanda dos países desenvolvidos, o que resultou no encolhimento do nível exportado, e no conseqüente fechamento de empresas nas áreas costeiras.

O ritmo de crescimento registrou a taxa mais baixa dos últimos tempos, 6,1% no primeiro trimestre de 2009, tendo um impacto nos trabalhadores migrantes. Porém de acordo com Fang (2009) foram as políticas internas e não os choques externos que levaram à desaceleração econômicas, mas o plano de estímulo econômico já tem surtido efeito e o crescimento no primeiro semestre de 2009 foi de 7,1% e do segundo semestre do mesmo ano foi de aproximadamente 8% (meta estabelecida pelo Governo).

Em vista disso, em relação a perspectiva do crescimento econômico no futuro e a estrutura econômica atual, deve-se atentar para:

- 1- A dependência da demanda externa. O elevado desempenho das exportações desde a abertura econômica tem gerado um superávit de divisas e um excedente de câmbio. Porém, esse fator cria mais vínculos da economia chinesa com o resto do mundo, aumentando os fatores de flutuação.
- 2- O consumo final deveria ter mais atenção. O investimento que tem afetado mais o crescimento e não o consumo final, entretanto, formuladores de políticas tem agido no sentido de perceber a importância do consumo para o crescimento. Mas para atingir a meta de 8% o plano de estímulo ainda reforça o papel do investimento.

BIBLIOGRAFIA

ACIOLY, Luciana, et al. **A Relações Bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. IPEA, 2011.

ACIOLY, Luciana, et al. **As Transformações Estruturais do Comércio Exterior Chinês**. Comunicado IPEA nº 97. Rio de Janeiro, 2011.

ACIOLY, Luciana. **Brasil, China e Índia: o investimento direto externo nos anos noventa**. Tese de Doutorado, Unicamp. Campinas, 2004.

ACIOLY, Luciana. **China: uma inserção externa diferenciada**. Economia Política Internacional: análise estratégica, nº7.Out/Dez 2005.

AMSDEN, Alice H., **A ascensão do resto**. Tradução Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ARBIX, Glauco (org.), et al. **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que chegaram depois**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

Asian Development Bank - ADB – *Key Indicators* <http://www.adb.org/>

China Statistical Yearbook, *Data Base*.

CUNHA, André Moreira. **O boom chinês e as economias latino americanas**. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 35, nº2, p. 97-112, out. 2007.

CUNHA, André Moreira; BIANCARELI, André Martins. **O novo regime cambial chinês e a diplomacia do Yuan fraco**. Economia Política Internacional: Análise estratégica, Rio Grande do Sul, nº7, dez 2005.

CUNHA, André Moreira; ACIOLY, Luciana. **China: ascensão à condição de potência global-características e implicações**. In: JUNIOR, J.C.C.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. (Orgs.), **Trajetórias recentes do desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Brasília, DF: IPEA, 2009.

FANG, Cai; et al. **Crise ou Oportunidade: resposta da China à crise financeira global.** in Revista Tempo do Mundo, IPEA; v.1 n.1. Dezembro, 2009.

HE, Yong. **Investimento Direto Estrangeiro e Desenvolvimento Econômico na China.** Indicadores Econômicos FEE; v.24, n.4. Rio Grande do Sul, 1997.

KAPOOR, Radhika; TEWARI, Ritika. **Investimentos Estrangeiros Diretos nas Economias Bric: mudando o cenário de investimento.** In Revista Tempo do Mundo; v.2, n.2. Agosto, 2010.

KEIDEL, Albert. **A China na Crise Global: recuperação e reforma?** In VELOSSO, João Paulo dos Reis (coord.) **A Crise Global e o Novo Papel Mundial dos Brics.** Rio de Janeiro, 2009.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. **A Gestão da Política Cambial Chinesa: as lições do período da crise financeira de 2008.** In Boletim de Economia e Política Internacional, Deint/IPEA; n.4. Outubro-Dezembro, 2010.

LEITE, Alexandre César Cunha. **A China como Modelo Político-Econômico para o Século XXI?.**II Simpósio de Pós Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”. Novembro, 2009. Disponível em <http://www.unesp.br/santiagodantassp/> .

MACEDO E SILVA, Antônio Carlos. **O expresso do oriente: Redistribuindo a produção e o comércio globais.** *Textos Avulsos*, n°2, Abril 2010.

MARTINS, Jayme. **A Era Deng Passo a Passo.** In China: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – O Brasil no Mundo que Vem aí. Rio de Janeiro, 2008.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Notas Sobre o Desenvolvimento Econômico Recente na China.** Instituto de Estudos Avanços da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MORAES, Antônio Luiz Machado. **A liberalização econômica da China e sua importância para as exportações do agronegócio brasileiro.** Texto para discussão n° 22, Embrapa. Brasília, DF, 2004.

NETO, Aristides Monteiro. **Dilemas do Desenvolvimento na China: crescimento acelerado e disparidades regionais (da Revolução Comunista à Globalização).** Texto para discussão n°1126. IPEA. Rio de Janeiro, 2005.

NOLAN, Peter. **Transforming China: Globalization, transition and development.** London: Anthem Press, 2004.

NONNENBERG, Marcelo Braga (org.), et al. **O crescimento econômico e a competitividade chinesa.** Rio de Janeiro, IPEA 2008.

PIRES, Marcos Cordeiro. **As novas Lideranças e as Transformações Econômicas e Sociais Recentes na República Popular da China.** Marília, São Paulo. Editora Anita Garibaldi, 1999.

PIRES, Marcos Cordeiro. **Os desafios da concorrência chinesa para a economia brasileira**. In : PAULINO, Luís Antônio; PIREs, Marcos Cordeiro (Orgs.) **Nós e a China: o impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul**. São Paulo, 2009.

POMAR, Wladimir. **Os Chineses Chegaram**. Caderno de Debates nº 9, 2011.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo. Editora Unesp, 2003.

RODRIK, Dani. **Making room for China in the world economy**. *American Economic Review: Papers & Proceedings* 100, p.89-93, 2010. Disponível em <http://www.aeaweb.org/articles.php?doi=10.1257/aer.100.2.89>

RODRIK, Dani. **O mercantilismo Chinês é bom?** <http://corecon-rj.blogspot.com> acessado em setembro de 2010.

SERRA, A.M. de Almeida. **China: as reformas econômicas da era pós-Mao**. Revista da Administração Pública de Macau, nº 36, Julho/1997, pgs 449-495 (em português).

SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna**. Tradução Tomás Rosa Bueno & Pedro Maia Soares. São Paulo. Editora Schwarcz, 1996.

SUYIN, Han. **China no ano 2001**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. World Investment Report 2011 <http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>

The People's Bank of China. <http://www.pbc.gov.cn/publish/english/963/index.html>

VIERA, Flávio Vilela. **China: crescimento econômico de longo prazo**. *Revista Economia Política*, v. 26, nº 3, p. 401-424, julho/setembro 2006.

VOLTAIRE, Schilling. **A revolução na China: colonialismo, maoísmo, revisionismo**. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1984.

WEO – **World Economic Outlook**. Internacional Monetary Fund, 2010.

World Bank, *Data Base*. <http://data.worldbank.org/>